

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARCOS PAULO TONIAL

**Livro didático de Sociologia no Ensino Médio:
divulgação científica ou produção ideológica?**

Porto Alegre

2018

MARCOS PAULO TONIAL

**Livro didático de Sociologia no Ensino Médio:
divulgação científica ou produção ideológica?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Silva Virginio.

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha esposa, Cristina, parceira de longas aventuras, sejam elas na vida acadêmica, através de nossos debates sobre Educação, Política e Ciências Sociais, como no cotidiano, onde constituímos nossa família.

Às minhas filhas, Anita e Beatriz, as quais tiveram paciência em razão das minhas ausências, e são inspiração cotidiana para seguir em frente.

Aos meus pais, os quais sempre foram exemplos de honestidade e trabalho, e nunca duvidaram do meu empenho e capacidade.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por possibilitar o reingresso deste ex-aluno, e por continuar promovendo educação gratuita e de qualidade.

Aos professores do curso de Ciências Sociais, os quais transformam esta Universidade em uma das melhores instituições educacionais do Brasil, especialmente ao meu orientador, professor Dr. Alexandre Silva Virginio, o qual me provocou a sempre repensar a educação, mesmo com quase vinte anos de magistério.

E, finalmente, aos meus alunos, a principal razão do desenvolvimento da minha carreira como educador, os quais, cotidianamente, proporcionam-me novos desafios e a busca incessante por qualificação.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o conteúdo de dois livros didáticos de Sociologia adquiridos e distribuídos para escolas públicas pelo Governo Federal através do programa intitulado Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 2016. Rotulados de serem instrumentos de divulgação político-ideológica por diferentes instituições, ambos os livros são escritos por intelectuais da área das Ciências Sociais e são objeto de análise da presente pesquisa, cujo principal interesse está em constatar sua importância como instrumento de divulgação científica nas escolas do Ensino Médio, bem como analisar a possibilidade de serem instrumentos de divulgação político-partidária ou ideológica por parte de seus autores ou do Governo Federal, que os adquiriu e distribuiu.

Palavras-chave: Livro didático; Ciências Sociais; Educação; Política; Ideologia.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
1.1. Tema e problema de pesquisa	6
1.2. Delimitações	9
1.2.1. Objetos de investigação	9
1.2.2. Objetivo geral e objetivos específicos	11
2. Livro didático em revista: perspectivas de análise	12
2.1. O livro didático como divulgador da ciência	12
2.2. Campo teórico	17
3. O livro didático sob um olhar crítico	25
3.1. <i>Sociologia em movimento</i> – Diversos Autores	25
3.2. <i>Sociologia para o Ensino Médio</i> – Nelson Dácio Tomazi ...	28
3.3. Análise dos livros didáticos	32
4. Considerações finais	54
5. Referências bibliográficas	59

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Tema e problema de pesquisa

O presente estudo insere-se na temática do uso de livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio dentro do contexto educacional dos últimos anos, envolvendo mudanças na legislação sobre a educação através da reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017) e da criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A reforma do Ensino Médio de 2017 estabeleceu que a BNCC deve incluir, obrigatoriamente, estudos e práticas de Sociologia, orientando que as instituições de ensino são as responsáveis por organizar seus currículos. A BNCC, ainda, deverá ser a definidora das competências e conhecimentos essenciais que serão oferecidos naquilo que se convencionou chamar parte comum, com uma carga horária de 1.800 horas, a qual abrange as quatro áreas do conhecimento (Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica. Assim, as Ciências Humanas contemplam os componentes de História, Geografia, Filosofia, Ensino Religioso e Sociologia.

O tema central da pesquisa é o uso de livros didáticos de Sociologia por professores no Ensino Médio brasileiro. A Lei 11.684/2008, a qual altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando obrigatório o ensino dos componentes curriculares de Sociologia e Filosofia, teve como resultado não só a necessidade das escolas públicas e privadas reestruturarem seus currículos, contratarem professores habilitados para tais disciplinas, ou mesmo ampliarem a carga horária de professores vinculados à área de Ciências Humanas, como também fez surgir a oferta de livros didáticos como material de apoio nesta tarefa.

Há, pelo menos, mais de duas dezenas de livros didáticos de Sociologia presentes no mercado editorial, os quais são oferecidos tanto para escolas privadas, quanto para as escolas públicas, principalmente através dos programas de distribuição do livro didático, em particular, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, o qual foi criado em 1937 no Brasil.

Considerando que os livros didáticos: a) têm uma importância significativa e presença nas salas de aula do Brasil que remonta a década de 1930; b) sua presença se confunde com a trajetória da educação brasileira nas últimas décadas; c) têm forte tendência de expressar valores, ideias e práticas pedagógicas; d) procuram ser um instrumento de divulgação científica; e) podem ser instrumentos de construção da ideia de nação; f) podem estar envoltos a uma quantidade significativa de sujeitos e relações presentes no processo de elaboração, seleção e divulgação do conhecimento científico; a questão central que se apresenta é: *em que medida os livros didáticos de Sociologia para Ensino Médio disponíveis no mercado são um instrumento de divulgação científica?*

A partir dessa questão central, desdobram-se outras questões pertinentes ao tema, quais sejam: há um predomínio do caráter científico na produção textual e nas análises dos fenômenos sociais ou os autores postulam ideologias políticas? Os livros didáticos analisados pela presente pesquisa contemplam de forma satisfatória e com a mesma importância as três áreas das Ciências Sociais como é orientação do PNL (Sociologia, Ciência Política e Antropologia)? Há um predomínio da análise marxista sobre os objetos de estudo ou os autores contemplam diferentes tendências teóricas?

O que num primeiro momento sugere não restar dúvidas de que o livro didático é um instrumento de divulgação científica, o problema de pesquisa é construído a partir de um contexto que tem revelado o questionamento da ação pedagógica dos professores e, dentre estes, da área de Ciências Humanas no Ensino Médio. O momento atual tem sido caracterizado, dentre outros desafios, pelo questionamento da conduta ética dos docentes.¹ Isto pode ser constatado através de diferentes exemplos: acusação do uso de livros didáticos como instrumentos de

¹ Ver: Gazeta do povo: livros didáticos com teor político-ideológico preocupam educadores: esporte é tratado no Paraná como instrumento de dominação das massas pelo capitalismo. Mauri König. [23/09/2007], In: <http://www.gazetadopovo.com.br/>. Acesso em: 20/10/2016; Site Spotnik. Cinco exemplos de como a doutrinação ideológica atua na educação brasileira. [05/07/2015], In: <http://spotniks.com/>. Acesso em 20/10/2016; Blog Padre Paulo Ricardo. A prova que faltava: livro recomendado pelo MEC ensina gênero nas escolas. O livro Sociologia em movimento insiste na tese marxista de que a culpa para as discriminações está na família e na Igreja. [24/07/2015], In: padrepauloricardo.org. Acesso em: 20/10/2016; Programa Escola sem Partido. In: www.programaescolasempartido.org/. Acesso em: 20/10/2016; Blog De olho no livro didático: ocorrências de doutrinação político-ideológicas. MEC não desiste: livros de 2016 para crianças de 6 a 10 anos vêm com Ideologia de Gênero. [15/01/2016]. In: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20/10/2016.

divulgação de ideologias políticas, de esquerda ou de gênero, e pelo fortalecimento da defesa do projeto de lei intitulado “escola sem partido”.²

Por outro lado, há uma reação de diversas e diferentes instituições nacionais que repudiam projetos de lei que limitam a liberdade pedagógica estabelecida aos professores. Neste sentido, destaque se dá para notas emitidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), onde estas instituições representantes das Ciências Sociais no Brasil são unânimes em denunciar o retrocesso educacional com a aprovação da Reforma do Ensino Médio e a possível adoção do programa “escola sem partido”, cujo caráter tende a limitar a ação dos profissionais das Ciências Sociais na Educação Básica. Destaca-se ainda a nota emitida pela SBS repudiando as demissões de professores e censura ao ensino de Sociologia na Educação Básica.³

Alguns meios de comunicação de massa, via portais na *internet*, entidades vinculadas a igrejas, tanto católicas quanto evangélicas, políticos e entidades não governamentais, têm-se posicionado sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio nos últimos anos, denunciando posturas ideológicas na produção dos livros didáticos, bem como denunciando o uso da expressão “gênero” quando da análise da instituição familiar (cfe. nota 1).

A presente pesquisa procura investigar a produção intelectual de dois livros didáticos denunciados por essas entidades com o intuito de verificar se tal denuncia é recorrente e factível (cfe. nota 1). Ao elaborar essa análise, busca-se contribuir para favorecer a compreensão sobre o conteúdo e a metodologia dos livros em leitura.

Tendo presente que o livro didático pode colaborar de forma significativa na melhor qualidade da ação pedagógica, incluindo textos diversos, conhecimentos de autores importantes para esta ciência, elaboração de projetos e atividades diversificadas, bem como incluindo análise de imagens, elementos de apoio à atividade docente, o livro didático pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico do estudante do Ensino Médio. Afinal, são materiais que

² Projeto de Lei nº 867, de 2015, da Câmara dos Deputados.

³ Ver em www.sbsociologia.com.br. Acesso em: 24/10/2016.

disponibilizam uma quantidade expressiva de textos, imagens, dicas, atividades e manuais, os quais cabem aos autores selecioná-los. Assim, a produção de um livro didático implica, por parte do autor (ou autores) e de sua editora, em escolhas.

Se o livro apresentar forte carga ideológica, isso pode condicionar as escolhas dos discentes. É preciso entender que a Sociologia no Ensino Médio não cumpre o desígnio de componente curricular doutrinador, por isso a produção dos livros didáticos deve conter uma diversidade grande de autores, pensadores e ideias, de modo a contemplar diferentes análises para compreender os fatos sociais.

Ao professor cabe, entre tantas tarefas, contribuir na construção de reflexões críticas por parte dos seus alunos. Dessa forma, o presente estudo torna-se importante no debate atual sobre o tema, justo num momento de iniciativa de alterações no Ensino Médio por parte do Governo Federal com implicações sérias sobre o ensino de Sociologia.

1.2. Delimitações

1.2.1. Objetos de investigação

A pesquisa não tem a pretensão de construir uma análise abrangente da maioria dos livros didáticos presentes hoje no mercado editorial. Pretende sim ser mais modesta ao apresentar dois objetos de investigação, analisando livros didáticos de Sociologia bastante comercializados, ambos aprovados e adquiridos pelo PNLD em 2016.⁴ Por que estas duas obras? Por duas razões principais. Em primeiro lugar, pelo fato do Ministério da Educação, conforme consta no anexo I, ter adquirido mais de 3,6 milhões de volumes dos livros. Estes livros são destinados a escolas públicas e atendem a um volume considerável de alunos. Em segundo lugar, leva-se em conta que ambos os livros didáticos são criticados por diferentes entidades e acusados de serem utilizados como base para críticas do que se convencionou chamar de “doutrinação ideológica” por parte dos docentes no Ensino Médio. Seriam então entendidos como instrumentos doutrinadores do Estado e dos professores

⁴ Segundo planilha disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em 14/09/2016 (Anexo I).

através de conteúdos de caráter ideológico, promovedores de ideologias de gênero e de concepções marxistas. São as seguintes obras:

- a) TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014;
- b) SILVA, Afrânio. *et al. Sociologia em movimento: volume único*. São Paulo: Moderna: 2013.

Para analisar os objetos de investigação, o presente estudo está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo procura-se compreender a importância do livro didático, sua presença nas escolas brasileiras, as características da sua construção e entendê-lo como instrumento de divulgação científica. Isto se dá através de revisão bibliográfica de artigos voltados para a compreensão do livro didático, bem como se utilizando de marcos conceituais para fundamentar a análise dos objetos de estudo. Utilizam-se os conceitos de campo teórico de Pierre Bourdieu e saber científico de Jürgen Habermas, bem como é elaborado um levantamento de visões de alguns autores sobre e o conceito de ideologia, a fim de entender o que seria doutrinação ideológica.

O segundo capítulo destina-se à análise dos objetos deste estudo. O procedimento metodológico utilizado para levar a efeito o objetivo geral desta pesquisa será através da análise de conteúdo de todas as unidades (subdivididas em capítulos) de ambos os livros didáticos. Isso implica na análise de textos (próprios ou de outros autores), imagens, gráficos, charges, atividades, cronologias, glossários e indicações de filmes e livros, buscando construir uma análise qualitativa dos materiais. Não são feitos recortes temporais dos conteúdos ou escolhidos temas específicos das obras para este fim. Entende-se que os livros didáticos são materiais de apoio pedagógico para a prática docente e, portanto, deve-se analisá-los na sua integralidade. Para este fim, são utilizadas questões norteadoras, conforme anexo II, as quais são desenvolvidas como critério de análise científica dos livros didáticos. Pretende-se desenvolver esta análise em três fases: a) pré-análise; b) exploração do conteúdo dos livros; c) tratamento e interpretação dos dados. Pré-análise implica no contato com os livros através de leitura flutuante, seguido de comparação entre ambos os livros acerca dos temas tratados pelos autores e, por fim, o tratamento

dos dados através do uso das questões norteadoras, buscando analisar possíveis incongruências e contradições entre a proposta pedagógica dos livros e o conteúdo dos mesmos, bem como possíveis posturas político-ideológicas dos autores. Trata-se de uma técnica para produzir inferências sobre os livros didáticos, dentro do seu contexto social escolar, de maneira objetivada, ou seja, proceder de maneira metódica e sistemática a leitura e análise dos conteúdos.

1.2.2. Objetivo geral e objetivos específicos

O principal objetivo deste estudo é analisar os conteúdos dos dois livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, procurando identificar a existência de conduta não científica, portanto político-ideológica, por parte dos autores na produção dos textos e na apresentação dos temas para serem desenvolvidos em sala de aula. São objetivos específicos deste trabalho:

- Analisar o uso de conceitos históricos e sociológicos, tais como gênero, classes sociais, instituições familiar, religiosa e escolar; assim como a metodologia empregada pelos livros didáticos para trabalhar com esses conceitos;
- Identificar a preponderância (ou não) de autores e/ou intelectuais e/ou, considerados de esquerda, marxistas ou não, nos textos e nas citações incluídas nos livros;
- Identificar textos ou atividades que promovam racismo, exclusão ou qualquer tipo de discriminação;
- Identificar textos ou atividades pedagógicas que desmereçam ou invalidem a cidadania, a democracia, a diversidade e a inclusão;
- Analisar os objetivos e finalidades dos livros didáticos estabelecidos nas orientações para professores e seu desenvolvimento ao longo dos capítulos com seu vínculo com a finalidade da educação, qual seja, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, art. 2º).

2. O LIVRO DIDÁTICO EM REVISTA: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

2.1. O livro didático como divulgador da ciência

A divulgação da ciência se dá através de diferentes meios. Para os fins deste estudo, entende-se que o livro didático é um destes meios, porém essa divulgação passa por se distinguir de artigos científicos, teses, dissertações ou outras formas. O livro didático tem algo bastante específico: trata-se de divulgar saberes acadêmicos para o público da educação básica através da instituição escolar. A construção dos textos de um material didático requer uma espécie de tradução, ou simplificação, do conteúdo científico para fins de colaboração na formação dos jovens estudantes. A produção de um livro didático de Sociologia requer dos profissionais envolvidos um cuidado com o rigor científico e, ao mesmo tempo, uma linguagem didática plausível à idade do público da educação básica. A apropriação dos saberes de Sociologia por parte dos estudantes envolve, assim, materiais que devem contribuir na construção dos conhecimentos necessários ao bom andamento das Ciências Sociais nessa fase de aprendizagem. Neste sentido, Manoel Neto *et.al.* (2015) procuram fazer uma reflexão sobre o processo de escolha dos livros didáticos de Sociologia em escolas públicas, enfocando questões relacionadas à forma de escolha e apropriação do livro didático de Sociologia, tendo como referência as percepções de professores a respeito da seleção do livro e do uso deste artefato e, ao mesmo tempo, questionando quais critérios são utilizados pelos professores.

A questão que estes autores procuram resolver é se os livros didáticos de Sociologia são escolhidos pelos professores como material de apoio para suas aulas, ou são a referência para a construção do plano de estudos. Perceberam que o livro didático transcende sua condição de ferramenta a ser utilizada durante a prática pedagógica e ganha *status* de matriz curricular a partir do momento em que ele acompanha a centralização de conteúdos proposta pelos governos por meio de matrizes curriculares e editais para a compra de livros. Notam, ainda, que a escolha do livro foi feita para atender, em primeiro lugar, à demanda que envolve quais conteúdos devem ser ministrados pela disciplina no Ensino Médio, em detrimento das características didático-pedagógicas que cada obra possui.

Mesmo sendo uma análise regional (Estado do Ceará), suas reflexões sobre o uso do livro didático de Sociologia revelam os limites (ou não) do seu uso. Fazem entrevistas com professores para entender os motivos de suas escolhas. Trata-se de um artigo que colabora para compreender como os materiais didáticos podem influenciar no desenvolvimento pedagógico escolar, pois possuem um papel na orientação curricular da Sociologia nas escolas pesquisadas. Manoel Neto *et.al.* (2015) constatam que esse material ultrapassa a condição de ferramenta didática, tornando-se também uma referência para a escolha de conteúdos que serão trabalhados em sala de aula. A contribuição deste artigo consiste em refletir sobre como os professores adéquam seus planejamentos a uma forma de utilizarem os capítulos de acordo com a orientação da mantenedora, neste caso a Secretaria de Educação.

Uma de suas conclusões diz respeito aos critérios técnicos, comum às obras de caráter didático, e a alguns princípios que norteiam o interesse da consolidação do conhecimento escolar de Sociologia, segundo o próprio o Guia do Livro Didático elaborado pelo Governo Federal. São eles: a interdisciplinaridade das Ciências Sociais, o rigor teórico conceitual, a mediação didática, a apreensão do conhecimento sociológico pelo aluno e a autonomia do trabalho pedagógico do professor.⁵ São esses princípios que dão o caráter centralizador do currículo ao livro didático, fazendo dele, mais do que uma mera ferramenta de apoio ao professor, uma referência curricular para a escola.

Manoel Neto *et.al.* (2015) procuram analisar os livros didáticos e indicam caminhos para uma análise crítica do material, porém encontram limites nessa análise. Não é objetivo da pesquisa destes autores fazer uma análise rigorosa dos conteúdos. Porém, se fica clara a opção dos professores por um material que sirva de referência curricular, faz-se necessário analisar em pormenores os conteúdos dos livros analisados tendo em conta suas escolhas. Ora, se cabe ao professor a escolha do material que irá trabalhar por três anos, é provável que essa escolha esteja baseada em suas convicções político-pedagógicas, e isso interfere no desenvolvimento em sala de aula.

⁵ Cfe. BRASIL. *Guia de livros didáticos*: PNLD 2015: Sociologia. Brasília, DF: MEC, 2014, p.8.

Sendo assim, divulgar a ciência através do livro didático implica em popularizar termos e saberes que não ficariam restritos à academia. Amurabi Pereira Oliveira (2014), trazendo um olhar sobre o livro didático e sua importância como elemento de divulgação científica, preocupa-se com a aprendizagem de Antropologia no Ensino Médio brasileiro, fazendo uma defesa acentuada da importância desta ciência e, ao mesmo tempo, propõe-se analisar livros didáticos e a presença dos conceitos, temas e reflexões antropológicas vinculados aos livros distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Apesar de analisar especificamente a Antropologia, o artigo contribui para refletir sobre técnicas e procedimentos de análise dos materiais didáticos para o Ensino Médio. Colabora para a procura de lacunas no processo de construção desses materiais. Assim, o autor procura realizar um exame de como o conceito de Cultura é apresentado nos livros didáticos selecionados pelo PNLD, compreendendo inicialmente que Antropologia não se reduz ao conceito de Cultura, uma vez que compreende que a discussão dessa ciência ultrapassa esta categoria, colaborando para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre essa divulgação da produção acadêmica para materiais de apoio ao professor do Ensino Médio.

Sua análise contribui para que se possa construir um guia metodológico de observação dos materiais didáticos para as Ciências Sociais. Assim, se substituíssemos a Antropologia pela Ciência Política ou pela Sociologia, poderíamos facilmente usar este “manual” de análise, o qual pode contribuir para um olhar crítico sobre a construção dos materiais didáticos para o Ensino Médio.

Ao analisar o conceito de Cultura, também evoca um número significativo de intelectuais conhecidos da área, os quais são citados nos livros didáticos pelos autores, ao mesmo tempo em que considera essa forma de construção textual como válida. Afinal, é necessário que os estudantes do Ensino Médio saibam como se dá a construção das Ciências Sociais através da elaboração de reflexões científicas e conceituais na academia e nos campos de estudos, bem como se familiarizem com seus criadores.

Outra preocupação de Amurabi Oliveira (2014) está na forma como analisa a escrita didática produzida pelos autores. Os livros didáticos analisados não se voltam para os professores enquanto público leitor, seus leitores são educandos. Deste modo, apresentam outra forma de codificação, buscando transformar os

conteúdos de uma disciplina acadêmica em uma disciplina escolar, processo este bastante complexo e contraditório muitas vezes. Os livros, portanto, são ferramentas de transposição didática.

O limite do artigo está na análise da negligência de certos temas e conceitos. Além disso, não observa se os autores possam ter tomado essas decisões por pressão editorial, postura ideológica ou orientação estatal. Poderia, se fosse possível, estabelecer contato com os autores e criar uma interlocução na busca de compreensão de certas lacunas, as quais foram localizadas. Seriam elas simples esquecimentos, ou propositalmente negligenciadas? Isso pode ser observado quando o autor assinala:

Obviamente reconheço que o processo de elaboração de um livro didático, ainda mais no caso da Sociologia que não possui um currículo nacional estabelecido, é sempre conflituoso, marcado por escolhas nem sempre fáceis para os autores, todavia, reafirmamos aqui tanto a colaboração central da Antropologia enquanto ciência para a formação do educando na Educação Básica, quanto o papel insubstituível da apresentação e problematização do conceito de Cultura nesse processo. (OLIVEIRA, 2017, p. 13)

Assim, este artigo mostrou-se muito pertinente como balizador para a construção de uma análise dos objetos de investigação do presente estudo, oportunizando reflexões críticas sobre a escolha dos conteúdos e as possíveis ideologias neles contidas.

Neste sentido, Isabel Martins (2006) se propõe compreender os textos e os discursos que compõem os livros didáticos, problematizando as linguagens que os constituem e as mediações que se fazem necessárias quando da incorporação destes textos em práticas educativas. O artigo procura compreender, a partir de um quadro teórico identificado com as abordagens sócio-histórico-culturais para a linguagem, aspectos da produção, circulação e recepção de textos relacionados aos campos da Educação em Ciências e da Educação em Saúde, numa perspectiva que envolve compromisso com a produção de conhecimento científico e a transformação da realidade educacional. Nesse caso, a problematização da pesquisa está em responder como o conhecimento científico chega à educação básica via livro didático e como pode contribuir para mudança da realidade daqueles que o acessam.

Não muito diferente de Manoel Silva *et al.* (2015), a autora entende o grau de importância do livro didático no cenário da educação, onde procura relacionar este material educativo com as práticas constitutivas da escola e do ensino escolar. Esta importância é atestada, entre outros fatores, pelo debate em torno da sua função na democratização de saberes socialmente legitimados e relacionados a diferentes campos de conhecimento, pela polêmica acerca do seu papel como estruturador da atividade docente, pelos interesses econômicos em torno da sua produção e comercialização, e pelos investimentos de governos em programas de avaliação.

Isabel Martins (2006) propõe uma reflexão sobre como se dá a construção da linguagem que chegará até o estudante do ensino básico. A autora entende que a linguagem é instância constitutiva de identidades, de relações entre sujeitos, e de relações entre sujeitos, instituições e conhecimento. Assim, usando como base a análise crítica do discurso, concebe que o texto é como um conjunto de traços ou pistas de processos de construção de sentidos, que não pode ser concebido fora de sua relação com os processos de produção, distribuição e consumo a ele associados e que caracterizam as práticas discursivas nas quais eles se inscrevem. Estes são processos sociais, e como tais demandam referência a contextos econômicos, políticos, ideológicos e também a estruturas e lutas sociais.

Para a autora, entender o texto didático implica, portanto, compreendê-lo como produto de atividade social, vinculada a temas e a contextos específicos de produção, circulação e recepção de textos por sujeitos participantes em práticas discursivas, e não como imagem especular destas práticas. Daí a necessidade de problematizar relações entre estas diferentes práticas discursivas como, por exemplo, a produção de conhecimento científico, a comunicação e a divulgação deste conhecimento para a sociedade, o ensino escolar, processos e práticas de formação de professores e seus lugares na sociedade, ampliando o escopo das discussões sobre o livro didático para além da consideração do seu papel de suporte de conteúdos. Entende, ainda, que o texto do livro didático não é a simples adaptação do texto científico para efeito do ensino escolar, exclusivamente por meio de transposições didáticas de conteúdos de referência. Ele reflete as complexas relações entre ciências, cultura e sociedade no contexto da formação de cidadãos e se constitui a partir de interações situadas em práticas sociais típicas do ensino na escola. Nesse sentido, ele representa uma instância articuladora de diferentes vozes

e horizontes sociais e conceituais, constituindo e materializando o discurso científico-escolar, ou o discurso sobre ciência na escola.

Aproximando-se da Sociologia, ao traduzir a linguagem acadêmica, científica e complexa para um livro didático, o papel do autor também está em construir um texto facilitador, o qual deva aproximar a ciência dos jovens estudantes. Nesse processo de construção, é possível o autor conseguir manter-se isento de discursos ideológicos? Seja no momento de escolha dos temas, inserção de imagens, desenvolvimento de questões e exercícios reflexivos, pode o autor de um livro didático apresentar uma perspectiva de isenção político-ideológica para não dar margem a especulações?

Isabel Martins (2009) propõe discussões bastante pertinentes no âmbito da produção do texto didático e na elaboração dos discursos, mas ainda assim deixa uma lacuna sobre o possível uso do livro didático como instrumento de divulgação ideológica. Mesmo que por vezes tenha tocado em temas como contexto político, social e ideológico, não adentra numa análise mais profunda sobre os possíveis interesses de autores, de editoras e do Estado no uso do livro didáticos como instrumento político-ideológico.

Enfim, o uso dos livros didáticos como forma de divulgação científica envolve uma série de elementos, os quais podem passar por diferentes critérios de escolha, que não necessariamente cabem somente aos professores, mas que podem também sofrer influência do mercado de editoras, secretarias de educação, políticos e intelectuais.

2.2. Campo teórico

Para as finalidades do presente estudo, compreende-se que livros didáticos são uma forma de divulgação científica. Entende-se por divulgação científica “a utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo.” (BUENO, 2009, p.162). Ainda segundo este autor:

A divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada

alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho. Sob esta ótica, o texto discute elementos fundamentais: perfil do público, nível de discurso, natureza dos canais ou ambientes utilizados para sua veiculação e a intenção explícita de cada processo em particular. (BUENO, 2010, p. 1)

Nesse aspecto, é importante ressaltar que divulgação científica distingue-se de comunicação científica, esta entendida como processo que diz respeito à transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento.

A divulgação científica, tendo como instrumento o livro didático, incumbe-se de estabelecer elos entre a produção científica acadêmica e a instituição social escolar, onde o Ensino Médio é ambiente para a preparação do estudante no trato das questões sociais. A tarefa não é exclusiva da Sociologia, pois aliada à História, Geografia e Filosofia, compõe os principais componentes curriculares designados para este fim. Entende-se que a Sociologia constituiu-se como um campo de saber científico que possibilita ao estudante a compreensão da sociedade em que está inserido, do entendimento dos grupos, das instituições sociais e do papel do indivíduo na sociedade, procurando fazê-lo entender o que é relativização e desnaturalização dos fenômenos sociais, instigando-o à reflexão sobre as razões da realidade em que habita.

Ao criar um novo texto, o autor do livro didático tende a migrar a linguagem acadêmica, científica e complexa para um texto de fácil compreensão para o adolescente. Se um dos papéis do autor está em construir um texto facilitador, o qual deva divulgar as Ciências Sociais aos jovens estudantes, é possível o autor conseguir manter-se afastado dos discursos ideológicos? A escolha dos temas, a produção de exercícios e questões reflexivas, a introdução de imagens, a escolha dos autores de referência, enfim a gama de escolhas que o desenvolvedor de um livro didático tem de tomar são elementos que podem passar uma perspectiva de isenção político-ideológica para não dar margem a especulações?

Com o intuito de elucidar e colaborar para compreensão desses fenômenos, o conceito de campo científico de Pierre Bourdieu (1983) pode ajudar a elucidar esses desafios. Para Bourdieu, o universo da ciência é um universo de formas e produções simbólicas e o campo científico é um sistema de relações objetivas entre posições

adquiridas pelos cientistas, os quais competem pelo controle da legitimidade científica, ou pela autoridade científica, ao mesmo tempo em que competem pelo poder de estabelecer os critérios que definem aquilo que é ou não científico. De onde se origina essa legitimidade? Normalmente da relação entre os pares concorrentes.

No caso dos livros didáticos, os quais surgem como facilitador entre a construção científica legítima acadêmica e os bancos escolares do Ensino Médio, a legitimidade dos autores está alicerçada na confiança das editoras, as quais contratam professores especializados nos saberes a serem redigidos, e na autoridade da academia, a qual forma os profissionais que possuem legitimidade na “tradução” de textos acadêmicos para os livros didáticos.

O que se quer quando é construído um livro didático por uma editora, a qual contrata um cientista para sua produção, divulgação e busca de mercado? Talvez a primeira resposta seja lucro. Porém trata-se de disseminação de saberes científicos para um grande público com o intuito de ampliar os saberes científicos para quem não é cientista. Os livros didáticos, produzidos pelas editoras, necessitam obrigatoriamente ser aprovados pelos órgãos públicos (no caso do PNLD, pelo governo federal) através de edital, analisados por especialistas das áreas, disponibilizados para avaliação dos professores das escolas públicas, e então distribuídos para as mesmas. Esse fenômeno, no Brasil, implica na produção e distribuição de materiais na ordem de milhões de exemplares.

Bourdieu nos provoca ao estabelecer que essa competência científica não é somente técnica. Envolve ainda o chamado poder simbólico. Entende que os títulos, os rituais e as distinções formadoras para consagração do cientista acabam por contaminar a percepção da capacidade técnica destes cientistas. Dessa forma, a autoridade científica, segundo Bourdieu, enseja características de violência simbólica: aquilo que pode parecer ser neutro, a produção e a divulgação científica, acabam por cumprir de forma eficaz a reprodução das estruturas sociais. Isto também implica saber sobre a posição do cientista no campo científico, se agente de manutenção ou transformação das estruturas sociais. No campo científico entram em confronto posições políticas, as quais disputam, inclusive, a capacidade de definição do que é científico.

Quanto à distribuição dos produtores de conhecimento científico, Bourdieu entende que tanto a posição dos produtores no interior do campo, como as suas possibilidades de investimento e de obtenção de sucesso a partir desses investimentos são questões mediadas pela origem social dos agentes e pelo seu capital cultural e simbólico que conseguiram acumular ao longo de sua trajetória escolar e acadêmica. As aspirações científicas são, portanto, proporcionais ao capital social que cada uma conseguir acumular. Assim, os professores e pesquisadores melhor situados no campo científico tendem a criar uma produção intelectual mais abundante, a qual pode ser “entregue” à comunidade não acadêmica através do formato de livro didático.

Pierre Bourdieu entende que no campo científico as tomadas de posição dos produtores e as obras por eles criadas podem ser entendidas através de uma dupla leitura, uma no campo cultural e outra no campo político, ambas não necessariamente separadas. Dessa forma, mesmo as tomadas de posição que significam contribuições e avanços ao progresso da ciência ou que são tratadas como divergências teóricas e epistemológicas são posições políticas e interesses em luta dentro do campo da ciência. Nas palavras de Bourdieu, “A ciência jamais teve outro fundamento senão o da crença coletiva em seus fundamentos, que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe.” (BOURDIEU, 1983, p. 145).

Se o livro didático então é compreendido como divulgação científica, pode a ciência, de maneira geral, ser neutra? Não é o que pensa Bourdieu, pois entende que isso é uma ficção. Este autor nos provoca a pensar que os cientistas, por vezes, querem que entendamos que seja neutra, simbolicamente neutra, isenta de ideologias e vontades, mas a ciência social, especificamente, engaja-se e toma partido na esfera política.

Desvendando os mecanismos sociais que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, cuja eficácia propriamente simbólica repousa no desconhecimento de sua lógica e de seus efeitos, fundamento de um reconhecimento sutilmente extorquido, a ciência social toma necessariamente partido na luta política. Portanto, quando ela consegue instaurar-se (o que supõe certas condições preenchidas, correlativas a um estado determinado da relação de forças entre as classes), a luta entre a ciência e a falsa ciência dos doxósofos (que podem reclamar para si as mais revolucionárias tradições teóricas) traz, necessariamente, uma

contribuição para a luta entre as classes, que, pelo menos neste caso, não tem igualmente o mesmo interesse em relação à verdade científica. A questão fundamental da Sociologia da ciência toma, no caso das ciências sociais, uma forma particularmente paradoxal: Quais são as condições sociais de possibilidade do desenvolvimento de uma ciência liberta das pressões e das demandas sociais, sabendo que, neste caso, os progressos no sentido da racionalidade científica não são progressos no sentido da neutralidade política? (BOURDIEU, 1983, p 148)

Dessa forma, torna-se inconcebível a Sociologia tornar-se uma ciência neutra. Se ela funciona segundo as leis do campo científico, não tem como ser relativista (BOURDIEU, 1983, p. 154).

Seria esse o caso dos livros didáticos contemporâneos? Os livros, em análise, teriam esse caráter de reprodutores das estruturas sociais? Ou serem relativistas? Ao incluírem temas considerados polêmicos no contexto político brasileiro contemporâneo, os autores estariam posicionando-se politicamente? Em uma fase de reação conservadora frente aos avanços democráticos das últimas três décadas, seriam as publicações de livros de Sociologia campos científicos capazes de propagar interesses políticos ou ideológicos? Temas como gênero, sexualidade, movimentos sociais, diversidade sexual seriam provocadores para o desenvolvimento de reflexões críticas por parte dos adolescentes que tomam contato com essa produção acadêmica, traduzida através do livro didático?

Outro autor que pode nos auxiliar nesta reflexão é Jürgen Habermas, o qual entende que a produção do conhecimento, ou saber científico, não pode estar desvinculado dos interesses humanos (HABERMAS, 1982). Compreende que, nos últimos séculos, havendo um fortalecimento crescente da importância das ciências naturais e comportamentais, torna-se necessário compreender os significados centrais e as justificativas dessas ciências. Analisando as principais correntes do pensamento contemporâneo, entre eles o kantismo, o marxismo, o positivismo, a hermenêutica, a filosofia da ciência e a fenomenologia, Habermas analisa a estrutura dos processos que a investigação científica se propõe a fazer, as quais determinam o significado e a validade e a objetividade do saber produzido.

A tese central do livro pode ser assim resumida: todo conhecimento é posto em movimento por interesses que o orientam, que o dirigem, que o comandam. É nesses interesses, e não na suposta imparcialidade do chamado método científico, que a pretensão da universalidade do saber pode ser avaliada. Habermas enfatiza o

quanto o saber tecnicista por vezes recusa a veracidade do interesse pela emancipação, bem como detecta possibilidades histórico-reais onde esse interesse não é traído pela eficácia prática senão exercido em seu *status* teórico-orientador.

Habermas estabelece um esforço analítico de fazer da reflexão uma grandeza epistemológica, isto é, comprometer o interesse com um conhecimento que seja eficaz em seu propósito de reduzir estruturas repressivas, dissolvendo-as no fluxo emancipatório do saber. Nas suas palavras:

[...] quem busca examinar o processo de dissolução da teoria do conhecimento, o qual deixa como substituta a teoria da ciência atrás de si, galga degraus abandonados da reflexão. Trilhar novamente esse caminho, voltado para seu ponto de origem, pode ajudar a recuperar a esquecida experiência da reflexão. (HABERMAS, 1982, p 23).

Não obstante, é necessário para os fundamentos teóricos do presente estudo balizar o conceito de ideologia. Não são poucos os intelectuais que produziram textos ou tentaram construir a delimitação deste conceito. É consenso que o primeiro autor a utilizar o termo foi Destutt de Tracy (1754-1836) em sua obra *Elementos de ideologia* de 1801, onde essa expressão estava ligada à concepção da formação das ideias, bem como aos elementos que possam interferir no seu desenvolvimento, como a moral, a razão, a vontade, entre outras. É entendida como uma visão neutra de ideologia. Nas Ciências Sociais, Émile Durkheim e Karl Marx examinaram o uso do conceito, mas suas percepções são bem distintas.

Na obra *As regras do método sociológico* (1984), Émile Durkheim procura estabelecer que é dever do cientista afastar-se das chamadas pré-noções ou noções vulgares, bem como as ideias subjetivas ou pré-científicas. A isso chamou de ideologia. Afastando-se deste tipo de ideias, o cientista tornar-se-ia mais objetivo, tornando, portanto a ciência objetiva.

Karl Marx, junto com Friedrich Engels, escreveu *A ideologia alemã* (1889) e a perspectiva é bem diferente da de Durkheim. Sua visão é considerada crítica, pois entende ideologia como falsa consciência, em outras palavras, as classes sociais dominantes de um determinado modo de produção utilizam-se de ideias como forma de controle, de dominação. Dessa forma, ideologia seria o conjunto de ideias utilizadas como crença para obter controle do comportamento coletivo.

O sociólogo Karl Mannheim também adentra na discussão através da sua obra *Ideologia e utopia* (1982), onde ideologia pode ser compreendida de duas maneiras: uma como ocultação da realidade, chamando-a de particular, e outra como uma visão de mundo de uma determinada classe social, chamando-a de total. Entende ambas como conservadoras, pois são utilizadas pelas classes dominantes como forma de manutenção da ordem.

Outro intelectual que teria grande influência no decorrer do século XX é Louis Althusser, cuja obra *Aparelhos ideológicos de Estado* (1985) traz o conceito de ideologia como elemento central para compreender o uso das ideias como forma de dominação. Designa aparelho ideológico do Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para um mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de produção capitalista. Cada um desses aparelhos age e tende para um fim único, porém de forma que lhes são peculiares. No caso da educação, Althusser destaca que é nesse espaço que os indivíduos aprendem a ler, contar, escrever e construir sua trajetória de saberes. O que se aprende, segundo Althusser, são os saberes práticos. Além disso, a escola ensina disciplina, comportamento, obediência e o papel dos indivíduos no sistema produtivo: obedecer ou mandar. Assim é escola é um aparelho que contribui para a reprodução da força de trabalho, desenvolvimento de sua função, eficiência e qualidade, bem como na reprodução da sujeição à ideologia dominante.

Qual conceito de ideologia este estudo tem como referência? Aquela que é oposição ao científico? Ideologia como postura tendenciosa, sem critérios claros e científicos? Seriam as falsas verdades, ou ocultação da realidade? Os detratores dos livros didáticos aqui analisados entendem que as obras possuem clara doutrinação ideológica, em outras palavras, compreendem que alguns dos temas tratados nas obras são usados com o intuito de doutrinar os estudantes do Ensino Médio ou de obscurecer a verdade sobre a realidade. Um exemplo está no capítulo do livro *Sociologia em movimento* (2013) intitulado “Gênero e sexualidade”, onde o texto é acusado de ser uma apologia ao fim da família e da lei natural, usando como justificativa a sociedade patriarcal e androcêntrica, considerada como um dos pilares da sociedade brasileira por estes detratores (ver nota 1).

Portanto, ao questionarmos se livros didáticos podem ser instrumentos de doutrinação ideológica, compreende-se que essa expressão designa a formulação de textos, atividades, exercícios, imagens, charges, enfim, todas as ferramentas incluídas em um livro didático, como instrumentos de dominação ou condução pedagógica de má-fé no intuito de obscurecer a realidade dos fenômenos sociais que são estudados em um material didático.

Estabelecidos os conceitos norteadores do presente estudo, é preciso destacar que as duas obras analisadas se inserem num universo de publicações pedagógicas que pretendem ser elementos de divulgação das Ciências Sociais. São uma amostra de como as Ciências Sociais podem ser uma área de conhecimento do interesse não só da academia, assim como podem ser ferramenta de popularização dos saberes científicos, fenômeno que será analisado no próximo capítulo.

3. O LIVRO DIDÁTICO SOB UM OLHAR CRÍTICO

Este capítulo apresenta e analisa os dois objetos do presente estudo. Inicialmente é desenvolvido um breve resumo dos dois livros didáticos, incluindo a estrutura e a organização das partes ou capítulos. No segundo momento, são analisadas as obras sob o olhar crítico, objetivo principal deste estudo.

3.1. *Sociologia em Movimento* – Diversos Autores

Este livro didático possui seis unidades e quinze capítulos. A unidade 1, intitulada “Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo”, tem dois capítulos: o primeiro diz respeito as questões teóricas e metodológicas das Ciências Sociais e o segundo, da relação entre o indivíduo e a sociedade. A unidade 2, intitulada “Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas”, tem três capítulos que lidam com os conceitos de cultura, ideologia, controle social, raça, racismo, multiculturalismo e ações afirmativas. A unidade 3 chama-se “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos da sociedade contemporânea” e tem três capítulos que analisam o que é poder, política, estado, democracia, cidadania, direitos humanos e movimentos sociais. A unidade 4 chama-se “Mundo do trabalho e desigualdade social” e possui dois capítulos, cujos temas são: o trabalho na visão dos clássicos (Marx, Durkheim e Weber) e as teorias de estratificação e desigualdades sociais no mundo e no Brasil. A unidade 5 possui dois capítulos e intitula-se “Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas”, em que se elaboram temas relacionado à Sociologia do desenvolvimento através das crises e evoluções do capitalismo internacional, os fenômenos e seus impactos no Brasil. A unidade 6 tem três capítulos e chama-se “A vida nas cidades do século XXI: questões centrais de uma sociedade em construção”, em que analisa a produção das Ciências Sociais acerca da cidade, da vida nesses espaços, os conflitos sociais, o espaço público e o mercado imobiliário, a questão de gênero, da sexualidade e dos problemas socioambientais como fenômenos presentes na vida moderna e em mudanças rápidas e constantes. Estes são os três últimos capítulos, acrescentados pelas referências bibliográficas.

O livro é acompanhado por manual do professor (com orientações didáticas e metodológicas), um DVD do professor também como orientações, e encaminhamentos didáticos e pedagógicos.

Trata-se de um livro didático elaborado por vários autores (19 ao todo), contemplando outras especialistas de outras áreas além das Ciências Sociais. A obra possui uma gama de sugestões didáticas, incorporando as contribuições tanto de pensadores ocidentais, quanto de autores africanos e asiáticos. A teoria e a prática científica convergem na tentativa de levar o estudante a refletir sobre as três áreas em destaque: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. A obra também inclui ainda as áreas de História, Direito e Filosofia.

Muitas categorias são utilizadas, porém dá-se destaque para a juventude, a qual atravessa praticamente todo o livro, estando vinculada a outros temas como família, sexualidade, gênero, movimentos sociais, estratificação e desigualdade sociais, meio ambiente e cidades.

O livro enseja uma relação bastante contemporânea para as práticas docente e discente. Longe de parecer um livro didático tradicional, instiga que o professor seja um mediador, proporcionando atividades que coloquem o aluno numa posição atuante. Trata-se de entender a Ciências Sociais como uma ferramenta para auxílio no processo de construção do conhecimento do discente, colaborando para o desenvolvimento de competências bem específicas: a desnaturalização dos fenômenos sociais, bem como o estranhamento frente às relações e comportamentos sociais.

Em cada capítulo há glossário, indicações de livros e filmes, linha cronológica, orientações e textos de autores que escreveram sobre o tema do capítulo, um espaço chamado “saiba mais”, uso adequado e bem organizado de imagens e gráficos. É um livro que apresenta um setor, em cada capítulo, relacionado ao direito, chama-se “instrumento jurídico”, onde trata ou apresenta leis que regulamentam a questão social analisada no capítulo.

As atividades deste livro didático procuram apoiar o professor no intuito de desenvolver habilidades como reflexão, revisão, debate, pesquisa, assim como traz questões de vestibular e do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como

exercícios. Destaca-se nas atividades uma proposta de ação procurando explorar experiências ligadas à política e à cidadania.

Nota-se que o livro didático tem a preocupação de construir uma proposta pedagógica que faça o estudante ler, refletir, pesquisar e agir. São muitas as estratégias proporcionadas pelo livro para esse fim. Os capítulos proporcionam aprofundamento de temas vinculados às três áreas das Ciências Sociais, sem esquecer a variedade e a complexidade das Ciências Humanas. Pode-se notar isso quando na Unidade 1 os autores procuram explicar as diferentes maneiras de compreensão da sociedade, desde o senso comum até a ciência, demonstrando que muitas vezes esses saberes se complementam ou mesmo entram em tensão. Os autores clássicos (Marx, Durkheim e Weber) são seguidamente trazidos para compreender os fenômenos sociais e as relações entre indivíduo e sociedade, acompanhados de autores mais contemporâneos como Boaventura de Souza Santos, Mirian Goldenberg, Manuel Castells, Zygmunt Bauman, Otavio Ianni, Luiz Antonio Machado, Norbert Elias, Anthony Giddens e Richard Sennet.

Pode-se observar que na Unidade 2, o foco está na Antropologia: a cultura e a diversidade nas relações cotidianas são o carro-chefe. Procuram desenvolver possibilidades de compreensão da cultura, sociedade e ideologia, utilizando como suporte antropólogos como Edward Tylor, Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Clifford Geertz, Claude Lévi-strauss, Stuart Hall, Antonio Gramsci, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Peter Berger, George Simmel e Erving Goffman. Kabengele Munanga, antropólogo congolês radicado no Brasil, trabalha temas como preconceitos, raça, racismo e etnias. Os autores desta obra não descuidaram de clássicos brasileiros como por exemplo Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

A Unidade 3 adentra em temas da Ciência Política, destacando-se as relações de poder, a concepção de política e Estado, trazendo concomitantemente os conceitos de democracia, movimentos sociais e cidadania. Dentre os autores, destaque se dá para Max Weber e Norbert Bobbio, bem como autores mais remotos como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes.

Aparecem também Adam Smith, Montesquieu, Locke, Marx, Lênin, Keynes, Hayek e Friedman. Sobre política, Estado e Poder no Brasil destaque se dá para o pensamento de Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda e Victor Nunes Leal. Também estão nesta unidade Locke, Rousseau, Tocqueville, Stuart Mill, Rosa

Luxemburgo, Robert Dahl, Schumpeter, Macpherson, T.H. Marshall, José Murilo de Carvalho e Wanderley Guilherme dos Santos.

O mundo do trabalho é o tema central na Unidade 4, onde os autores procuram analisar as bases da sociedade de classes, as origens das desigualdades sociais e o mundo do trabalho. Trazem à tona mais uma vez os clássicos Marx, Durkheim e Weber para compreender esses temas e posteriormente analisarem a racionalização da produção em Henry Ford, chegando até a flexibilização da regulação da produção dos dias atuais.

A Unidade 5 é dedicada para a análise das teorias sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e capitalismo nos séculos XX e XXI. São utilizados intelectuais como Karl Polanyi, John Maynard Keynes, Raúl Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e as teorias da CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas. O livro didático, nesse momento, destaca-se dentre tantos outros por trazer análises de autores da Ásia como o sul-coreano Há-Joon Chang, o indiano Amartya Sen e o paquistanês Mahbub Ul Haq. O tema globalização é estudado com Milton Santos, Ulrich Beck, José Maria Gómez, Zygmunt Bauman, o libanês Amin Maalouf, o indiano Parag Khanna, ampliando a gama de autores para além do mundo intelectual ocidental.

Por fim, a Unidade 6 apresenta temas bastante contemporâneos vinculados à vida social nas cidades, envolvendo temas como ocupação dos espaços, meio ambiente e questões de identidade de gênero e sexualidade. São utilizados autores como Donald Pierson, Manuel Castells, Alba Zaluar e Loïc Wacquant, Cristina Bruschini, Angela Davis e Patricia Collins. Sobre o Brasil destacam-se estudos do brasileiro Ricardo Abramovay, da indiana Vandana Shiva, do estadunidense Robert Bullard e as ideias de Chico Mendes.

3.2. Sociologia para o Ensino Médio: Nelson Dácio Tomazi

O livro didático elaborado pelo professor Nelson Tomazi é claramente estruturado para contemplar as três Ciências Sociais, sendo a primeira parte destinada para a introdução à Sociologia, a segunda para a Ciência Política e a terceira parte para Antropologia.

Trata-se de uma obra bem servida de imagens, textos de fácil compreensão e linguagem adequada ao aluno do Ensino Médio. Traz textos de diversos autores ao longo dos capítulos, dos clássicos aos contemporâneos, com temáticas relacionadas aos desafios cotidianos para compreensão da realidade social, seja ela brasileira ou mundial. Semelhante ao livro didático anterior, a cada final de unidade são indicadas leituras e sugeridos filmes como forma de complemento de estudos. As atividades do livro engendram olhar, escrita, reflexão e posicionamento articulado do aluno. Requer que os estudantes tenham elaborado um ensino fundamental com qualidade, pois as exigem habilidades complexas, cabendo ao professor o bom manuseio dos exercícios e orientações. O livro traz várias exercícios, complementados com um caderno de atividades, onde existem resumos dos principais assuntos, questões de vestibular e ENEM, organização de projetos, elaboração de pesquisas e formulação de reflexões escritas.

O autor preocupa-se em estabelecer uma linguagem bem direta ao estudante do Ensino Médio, procurando ajudá-lo na compreensão da realidade social da qual ele faz parte, apresentando os fenômenos sociais à luz das diversidades teóricas. O autor entende que a realidade social é diversa, conflituosa e contraditória, e seu livro pretende ajudar o aluno a refletir criticamente sobre sua sociedade. Com um olhar mais atento, pode-se perceber que o livro destaca-se pelo uso recorrente da história para compreender os fenômenos contemporâneos, por isso o estabelecimento constante de relações entre passado e presente:

Todo conhecimento se desenvolve socialmente. Se quisermos compreender como pensavam as pessoas de determinada época, precisamos saber em que meio social elas viveram, pois o pensamento de um período da história é formado pelos indivíduos em grupos ou camadas sociais, reagindo e respondendo a situações históricas do seu tempo. [...] A Sociologia é uma dessas formas de conhecimento, resultado das condições sociais, econômicas e políticas do tempo em que se desenvolveu. Ela nasceu da necessidade de entender as transformações que ocorreram nas sociedades ocidentais entre o século XVI e o início do século XIX, decorrentes da emergência e do desenvolvimento do capitalismo. (TOMAZI, 2014, pp. 9-10).

Destaca-se que o livro procura, em todas as unidades, trazer a visão dos clássicos para colaborar na compreensão do tema estudado, auxiliado por autores mais contemporâneos que contribuíram para novas reflexões acerca dos temas.

O livro possui uma introdução que se dedica em mostrar a Sociologia como uma ciência, enfatizando sua importância no Ensino Médio, delimitando seu campo de estudo, estabelecendo conexões com outras ciências e demonstrando as razões de entendê-la como uma ferramenta do conhecimento.

A unidade 1, chamada e “A sociedade dos indivíduos”, enseja capítulos dedicados a estabelecer as relações entre indivíduo e sociedade, destacando-se o processo de socialização, o qual é entendido como um dos mais importantes fenômenos sociais na complexa formação das sociedades. A contextualização histórica e cultural tem espaço para compreensão desta relação, bem como são utilizados os autores clássicos para dar suporte teórico. Além de Marx e seu conceito de classes sociais, Durkheim e as instituições, Weber e a ação social, autores mais contemporâneos colaboram para tal intento: Norbert Elias e seu conceito de configuração e Pierre Bourdieu com seu habitus.

A unidade 2, chamada “Trabalho e sociedade”, enfatiza os elementos formadores da nossa concepção de trabalho e sua importância para as sociedades. Mais uma vez, a História como ciência co-irmã colabora para compreender as diferentes formas de significar, valorizar e organizar o mundo do trabalho. Para fins de estabelecimento de relação entre passado e presente, são analisadas as sociedades pré-capitalistas (principalmente sob a ótica do conceito de modo de produção: escravismo e servidão) passando para a formação e consolidação do capitalismo, sua complexidade e transformações nos últimos dois séculos. Não escapa da discussão os temas ligados ao taylorismo, o fordismo e o toyotismo, analisados a partir da perspectiva do autor David Harvey.

A unidade também lida com a história do trabalho no Brasil, bem como dados estatísticos e gráficos para análise do trabalho no Brasil contemporâneo, sua complexidade e suas mudanças nas últimas décadas.

“A estrutura social e as desigualdades” é o título da terceira unidade e contempla a análise dos conceitos de estrutura e estratificação social, assim como a complexa sociedade capitalista, suas classes sociais, e as desigualdades sociais no Brasil. Os autores clássicos da Sociologia são acompanhados das concepções de autores brasileiros como Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Josué de Castro.

A unidade 4 dá início à parte vinculada à Ciência Política, destacando-se a formação do Estado moderno, a importância da política e o conceito de poder. Mais uma vez, história e os clássicos da Sociologia são apresentados para dar suporte ao desenvolvimento de reflexões e atividades sobre os temas tratados. Não escapa ao autor, um olhar atento à história do Brasil e a complexidade da nossa trajetória política. Trata da questão do poder com as contribuições de Marilena Chauí, Boaventura Santos e Michel Foucault em sua análise sobre a sociedade de controle.

Ligada à unidade anterior, a unidade 5, “Direitos, cidadania e movimentos sociais”, objetiva discutir temas bastante significativos, tais como democracia, direitos, cidadania e os movimentos sociais, procurando sempre conduzir o aluno para reflexões acerca do passado e do seu dia-a-dia. Destacam-se as concepções de Thomas H. Marshall e as contribuições de Zygmunt Bauman para analisar cidadania e os direitos sob a ótica da globalização.

A última parte é dividida em duas unidades. A ênfase é na Antropologia, onde a unidade 6 é intitulada “Cultura e ideologia”, buscando elucidar o leitor com as definições de cultura, distinguindo-a de ideologia. A ideologia é analisada à luz de autores como Gramsci, e seu conceito de hegemonia, Bourdieu, com violência simbólica, e Adorno e Horkheimer, com a indústria cultural, seja no mundo como no Brasil.

A unidade 7 é intitulada “Mudança social”, onde é feita distinção entre mudança e revolução social, com forte enfoque histórico, retomando os clássicos, autores recentes e analisando o mundo e o Brasil.

A unidade final, como uma espécie de anexo, traz o tema “História da Sociologia: pressupostos, origem e desenvolvimento”, procurando auxiliar o leitor no que diz respeito às teorias, conceitos e temas da Sociologia, à luz dos autores clássicos e contemporâneos, dentro e fora do Brasil.

Nelson Tomazi utiliza e explica as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNs) no que diz respeito às questões teóricas e metodológicas com o objetivo de justificar as razões do porquê da Sociologia no Ensino Médio, estabelecendo relações com as outras ciências humanas, principalmente a História. O livro ainda propõe para que aluno e professor possam trabalhar com projetos e pesquisas empíricas, dando ênfase no papel da pesquisa científica na formação do

aluno. Destaca-se que ao aluno são oportunizados diferentes recursos de textos e imagens estimulando a curiosidade. Com seções em cada capítulo, chamadas de “cenários”, bem como com as “conexões de saberes” ao final de cada unidade, o autor disponibiliza textos de diferentes origens com o intuito de provocar reflexões, contemplando algo bastante estimulado pela pedagogia contemporânea que é a interdisciplinaridade.

3.3. Análise dos livros didáticos

Para a presente análise crítica dos livros didáticos, foram desenvolvidas questões norteadoras (Anexo II), as quais colaboram para a leitura das obras que são o objeto deste estudo. Essas questões têm como propósito promover um olhar que procure identificar a existência de conduta não científica por parte dos autores na produção dos textos, exercícios e atividades para serem desenvolvidas com os estudantes do Ensino Médio em sala de aula, ao mesmo tempo em que instigam para uma crítica do papel do livro didático como uma ferramenta de divulgação científica.

O primeiro elemento a ser destacado na análise de ambas as obras diz respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao Ensino Médio. Nota-se que ambos os livros foram analisados e aprovados através de edital público, sendo autorizada a publicação e distribuição através do Plano Nacional do Livro Didático. Em outras palavras, os materiais que são distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) às escolas públicas devem ser escolhidos por essas escolas através da lista de livros inscritos no PNLD e aprovados por equipes pedagógicas coordenadas pelo MEC. Sabe-se que as equipes técnicas são específicas para cada área, as quais tem a prerrogativa de aprovar ou não os materiais, os quais são inscritos pelos detentores de direitos autorais (as editoras), conforme os critérios estabelecidos em edital. Sendo aprovadas, as obras fazem parte do chamado Guia Digital do PNLD.

Dessa forma, entende-se que a aprovação dos livros pelo MEC, através de corpo pedagógico especializado para tal análise, implica no respeito à legislação vigente, bem como às diretrizes e normas oficiais do Ensino Médio. As análises disponibilizadas pelo MEC dão conta de algumas ressalvas, porém isso não significa

o impedimento da publicação dos livros, tal como pode ser vista na análise do livro do professor Nelson Tomazi:

Contudo, o professor que optar pela escolha deste livro deverá estar atento à opção do autor pela perspectiva histórica no tratamento dado aos temas do livro. Nesse sentido, o eixo que estrutura o livro não é fundado propriamente na Antropologia, na Sociologia e nem na Política, mas sim na História; em outras palavras, são essas três áreas das ciências sociais que orbitam em torno da História. Tal perspectiva acabou por comprometer algumas das contribuições das três áreas das ciências sociais na abordagem de importantes temáticas apresentadas no livro, como por exemplo, o conceito de cultura que acabou sendo pouco explorado em sua perspectiva antropológica. Sendo assim, ao adotar o livro em sala de aula, caberá ao professor cuidar para que, sem prejuízo de sua historicidade, as teorias e conceitos das ciências sociais constituam-se em eixo condutor no tratamento das temáticas presentes no livro. (BRASIL, 2014, p. 22)

O livro *Sociologia em Movimento* também não escapa de uma análise criteriosa dos especialistas do MEC sobre certas escolhas dos autores e sobre o trato de determinados temas, algo que não impediu a distribuição do livro:

Há um traço singular deste livro no que diz respeito principalmente à Ciência Política e sua interface com o campo do Direito. Seguindo essa perspectiva, há um item no final de cada capítulo dedicado a discutir as bases legais relacionadas aos fenômenos que se apresentaram ao longo do texto. Trata-se do item 'Instrumento jurídico' que quer fazer o aluno reconhecer a importância dos mecanismos legais para a institucionalização e atendimento de certas demandas histórica e socialmente constituídas. No entanto, a insistência no aspecto legal, por vezes, pode acabar camuflando a compreensão dos fenômenos sociais considerando outros ângulos, também importantes, incluindo o seu próprio olhar sociológico. Outro aspecto sobre o qual o professor deverá estar atento é quanto à apresentação dos autores clássicos, especialmente a que se encontra no capítulo 2, dedicado a discutir a relação entre indivíduo e sociedade. Aqui a apresentação das concepções teóricas de Durkheim, Weber e Marx mostram-se aligeiradas, pois o modo como são apresentadas as sínteses das contribuições de cada um dos clássicos prende-se a um jogo de primazia entre sociedade e indivíduo que cada um deles teria conferido a essa relação. Esse problema se manifesta nos títulos que nomeiam cada um dos autores, podendo levar o aluno a entendê-los a partir de uma escala de evolução do pensamento de cada autor. Nesse sentido, caberá ao professor ampliar a compreensão do aluno, conferindo maior historicidade aos clássicos e às suas concepções teóricas. (BRASIL, 2014, p. 39)

Neste guia do MEC, apesar das ressalvas, os especialistas aferem sua aprovação pautada em uma série de recomendações positivas sobre as obras, destacando a qualidade dos textos e a distribuição dos temas. Estabelecem,

portanto, validade das obras tendo por base a legislação, as diretrizes e normas do Ensino Médio.

Em educação, espera-se que os principais objetivos sejam cumpridos pelas instituições formadoras das crianças e jovens. Pode-se elencar como objetivos da educação, bem como meta das instituições escolares, a manutenção e a transmissão da complexidade dos saberes e conhecimentos desenvolvidos pela sociedade, o estabelecimento de relações sociais harmoniosas, a garantia de aprendizado a todos, a formação do pensamento crítico e humanista, a qualificação profissional, o pleno desenvolvimento dos saberes, o desenvolvimento da criatividade, dentre tantos outros. O cumprimento desses objetivos passa pela necessária postura ética dos profissionais envolvidos nesse processo, incluindo também a análise dos materiais que são disponibilizados aos estudantes. Os livros observados por este estudo estabelecem uma série de conteúdos que envolvem a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, os quais são tratados de forma científica e “traduzidos” ao leitor jovem do Ensino Médio de forma didática. Neste sentido, a produção textual de ambas as obras tem interesse em colaborar na formação de indivíduos críticos, cidadãos compromissados com uma sociedade mais justa e igualitária. Pode-se inferir que é do interesse dos autores que os materiais sirvam de suporte para os professores não só ensinarem o conteúdo científico sociológico, mas também colaborar para formação completa do estudante, seja no sentido afetivo, cognitivo, político ou social. Se a postura ética é fator fundamental na educação em sala de aula, pode-se avaliar se um livro didático desrespeita princípios éticos? Para responder essa pergunta, define-se ética a partir das palavras do professor Mario Sérgio Cortella:

A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ética é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar. (CORTELLA, 2010, p. 106).

A ética se estabelece levando em conta princípios e valores que norteiam as ações dos indivíduos, buscando estabelecer as regras para o convívio e o bem comum. Portanto, se a educação gira em torno dos educandos e os professores devem ser éticos em suas atividades, os materiais também devem seguir princípios éticos. Estabelecendo que valorização da autonomia, da responsabilidade, do

respeito ao bem comum, do meio ambiente e das diferentes culturas, identidades e singularidades, são princípios éticos da educação (BRASIL, 2013, p. 87), a análise dos livros didáticos constatou a ausência de deslizes éticos, portanto os materiais aqui analisados observam os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social. Esses elementos são valorizados pelos autores das obras analisadas e podem ser evidenciados em várias partes, como exemplificado a seguir:

Direitos de todos, das mulheres, dos negros, das crianças, dos adolescentes, do consumidor, dos idosos [...] Há várias leis e decretos que os traduzem. Mas de que adianta haver tantas leis e decretos se não forem respeitados? Os direitos básicos dos cidadãos devem ser garantidos pelo Estado. Vamos ver como a relação entre direitos e cidadania foi tratada na história das sociedades. (TOMAZI, 2014, p. 186)

Ter uma visão de mundo, avaliar determinado assunto por certa ótica, nascer e conviver em uma classe social, pertencer a uma etnia, ser homem ou mulher são algumas condições que nos levam a pensar na diversidade humana, cultural e ideológica, e, conseqüentemente, na alteridade, isto é, no outro ser humano, que é igual a nós e, ao mesmo tempo, diferente. (TOMAZI, 2014, p. 247)

E hoje? O que define um cidadão? De acordo com Marshall, cidadão é aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de forma efetiva. Percebe-se que o conceito de cidadania está em permanente construção, pois a humanidade está sempre em luta por mais direitos, maior liberdade e melhores garantias individuais e coletivas. Ser cidadão, portanto, significa ter consciência de ser sujeito de direitos. Direito à vida, ao voto, à saúde, enfim direitos civis, políticos e sociais. [...] O Estado tem o dever de garantir os direitos humanos, protegendo-os contra violações, embora, em muitos casos, ele próprio as cometa, desrespeitando a Constituição. (SILVA *et al.*, 2013, p. 183)

O resumo de ambas as obras, destacado nas seções 3.1 e 3.2, demonstra que as áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) foram contempladas por seus autores. O livro do professor Dácio Tomazi é dividido em três partes, estabelecendo de forma clara esta divisão nas três áreas ou ciências. No início de cada parte, o autor cria uma espécie de introdução, delimitando a que área ela pertence. A Sociologia está assim delimitada, através do dilema já bem conhecido da área:

O que vem primeiro: o indivíduo ou a sociedade? Os indivíduos moldam a sociedade ou a sociedade molda os indivíduos? Podemos dizer que indivíduos e sociedade fazem parte da mesma trama, tecida pelas relações sociais. Não há separação entre eles. Nós, seres humanos, nascemos e passamos nossa existência em sociedade porque precisamos um dos outros para sobreviver. O fato de dependermos uns dos outros significa que

não temos autonomia? Até que ponto dispomos de liberdade para decidir e agir? Até que ponto somos condicionados pela sociedade? A sociedade nos obriga a ser o que não queremos? Podemos mudar a sociedade? Para estudar essas questões, os sociólogos desenvolveram alguns conceitos, como socialização, instituição, hierarquia, poder, e geraram uma diversidade de análises. Algumas das principais serão examinadas nesta unidade. (TOMAZI, 2014, p.17)

No que tange à Ciência Política, as questões políticas, as relações de poder e a importância do Estado estão no cerne da análise:

Os atos políticos e as ações do Estado fazem parte de nossa vida, e é atuando politicamente que entendemos e assumimos nosso papel na sociedade. No entanto, quando ouvem falar em poder e política, as pessoas quase sempre pensam em troca de favores, conchavos e falcatruas, e, quando ouvem falar em Estado, muitas pensam em burocracia, impostos elevados e mau uso do dinheiro público. Essas associações negativas resultam de certos estereótipos a respeito da política e do papel do Estado e servem de argumento para justificar a omissão e a recusa à participação nos assuntos públicos. (TOMAZI, 2014, p. 131)

A Antropologia também está delimitada, pautada sempre pelo aspecto histórico e pelo esclarecimento do conceito de cultura:

É comum ouvirmos dizer que um indivíduo é culto porque fala vários idiomas ou conhece muitas obras de literatura e de arte. Costuma-se dizer, ainda, que uma pessoa não é culta se não domina determinados conhecimentos. Indo além do plano individual, há quem compare diferentes povos e afirme que a cultura de um é mais sofisticada e complexa que a de outro. Esse tipo de avaliação, baseada no senso comum, comporta elementos ideológicos que nos levam a pensar na possível superioridade de alguns indivíduos ou de determinados povos em relação a outros. Afinal, o que significam cultura e ideologia, termos tão usados em nosso cotidiano e nas ciências humanas? (TOMAZI, 2014, p. 243)

Nota-se que esta característica do livro pode ser de boa utilidade para os professores do Ensino Médio, em razão da facilidade em organizar a distribuição dos conteúdos ao longo dos três anos de ensino. No primeiro ano do Ensino Médio seria contemplada a Sociologia, no segundo a Ciência Política e no terceiro, a Antropologia. Não raro este autor promove a interlocução entre as três ciências, porém é um livro fortemente dedicado à história das mesmas.

O livro *Sociologia em Movimento* não elabora esta divisão, porém é facilmente entendida a proposta dos autores ao contemplarem os conceitos e autores relacionados às três áreas. Dessa forma, temas como o processo de socialização,

as relações entre indivíduos e sociedade, a Sociologia como ciência, a interpretação das relações sociais, as relações de poder, a cidadania, a democracia, a desigualdade social, o trabalho, a cultura e a ideologia, possuem capítulos específicos e as três áreas procuram ser o suporte para o entendimento da complexidade da vida social. Esta obra parece ser mais interdisciplinar e, a cada capítulo, os autores incluem *boxes* intitulados “quem escreveu isso” como forma de apresentação de pensadores dedicados aos temas, cujas ideias são discutidas e entendidas como contribuição para a ciência. Como exemplo, a análise dos conceitos de cultura de massa e indústria cultural envolve elementos da Antropologia e da Ciência Política, destacando autores que trabalharam com o tema:

O estudo da relação entre o cultural e o político tem sido foco de muitos teóricos das ciências sociais que procuram compreender como as manifestações artísticas e culturais em uma sociedade contestam ou reproduzem as relações de poder estabelecidas entre as classes sociais. Para Gramsci, a cultura popular é a arena na qual emergem novas visões de mundo, que recebem influência das ideologias da classe dominante ao mesmo tempo que filtram e reorganizam essas influências de forma autônoma. No entanto, o uso do conceito de indústria cultural, tem sido o ponto de partida de teorias que apontam para uma planificação da cultura, com a consequente restrição das possibilidades individuais de interpretar, de escolher e até mesmo de pensar. A principal referência para este tipo de abordagem está na teoria crítica de Theodor Adorno e Max Horkheimer, pensadores alemães ligados à Escola de Frankfurt. (SILVA *et al*: 2013, p. 77)

Neste sentido, *Sociologia em Movimento* se destaca por também incluir explicações sobre os métodos de análise sociológica, algo não muito comum em livros de Ensino Médio, como o funcionalismo de Émile Durkheim, o método compreensivo de Max Weber e o materialismo histórico de Karl Marx, bem como métodos de investigação científica, tais como a pesquisa qualitativa e quantitativa, organizações metodológicas utilizadas pelas três ciências. Portanto ambas as obras contemplam de forma coerente os conceitos e conteúdos relativos às três áreas das Ciências Sociais.

Um elemento substancial para aferir qualidade na distribuição de um livro didático para a rede pública diz respeito à coerência entre a abordagem teórico-metodológica e a proposta didático-pedagógica explicitada, aliada aos objetivos visados, possuindo textos, imagens, charges e atividades coesas para auxiliar o professor e o estudante na sua utilização. Na análise de ambos os livros, pautada pela leitura de todos os capítulos, observando o uso adequado e coerente de

autores, sejam eles clássicos ou mais contemporâneos, mostra-se um domínio amplo de leituras elaboradas pelos autores, assim como uma diversidade de sociólogos que elimina a ideia de tendências ou escolhas de determinadas linhas teóricas. Ambos os livros contemplam os autores clássicos (Marx, Durkheim e Weber), como também autores contemporâneos da Sociologia, sejam eles estrangeiros ou brasileiros.

Nota-se que o uso dos clássicos, feito pelos autores, dá-se de forma prioritária na apresentação dos seus mais conhecidos conceitos. Isso pode ser constatado da seguinte maneira:

O ponto central na análise que Marx faz da sociedade capitalista está nas relações estabelecidas entre as **classes sociais** que compõem essa sociedade. [...] Para o fundador da escola francesa de Sociologia, Émile Durkheim, a sociedade sempre está acima dos indivíduos, dispondo de certas regras, normas, costumes e leis que asseguram sua continuidade. Essas regras e leis independem do indivíduo e pairam sobre todos, formando uma consciência coletiva que dá o sentido de integração entre os membros da sociedade. Elas se solidificam em **instituições** [...] O conceito básico para Weber é o de **ação social**, entendida como o ato de se comunicar, de se relacionar, orientado pelas ações dos outros (TOMAZI: 2014, pp. 30-33 – grifos meus)

Não são desprezados autores mais contemporâneos, os quais não são entendidos como um contraponto aos clássicos, e sim num processo de desenvolvimento científico de novas formas de compreensão da complexidade social e de contribuição para criação de novos conceitos para análise das relações entre indivíduo e sociedade. Para tanto, Nelson Tomazi explicita os conceitos de configuração e *habitus*, de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, respectivamente (TOMAZI, 2014, pp. 35-38)

Semelhante análise é construída no livro *Sociologia em Movimento*. A explicação sobre a importância dos autores clássicos da Sociologia perpassa pela demonstração reduzida e didática sobre o funcionalismo durkheimiano, o método compreensivo weberiano e o materialismo histórico e dialético marxista, acompanhados pela explicação dos conceitos básicos para sua compreensão. (SILVA *et al.*, 2013, pp. 26-29). Da mesma forma que o livro de Nelson Tomazi, *Sociologia em movimento* dedica um subtítulo específico para explicação da relação indivíduo e sociedade à luz dos autores contemporâneos:

A concepção sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade na Sociologia contemporânea está, assim como na Sociologia clássica, relacionada à experiência social de nossa época e articula as diferentes percepções sobre o papel e os limites da ação individual. (SILVA *et al.*, 2013, p.49).

Porém, diferentemente de Tomazi, o rol de autores contemporâneos neste livro se amplia. Além de Norbert Elias, o esforço de construção de teorias capazes de interpretar indivíduo e sociedade como partes inseparáveis da mesma realidade passa pelo norte-americano Charles Wright Mills (a imaginação sociológica), pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, pelo norte-americano Richard Sennett, pelo argentino Nestor Canclini, por Zygmunt Bauman (polonês) e pelo sociólogo brasileiro José Maurício Domingues.

Em ambos os livros, em todos os capítulos e, portanto, em todos os temas sociológicos tratados, as seções destinadas à revisão dos conhecimentos dos estudantes são preenchidas com atividades que visam proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, as quais são explicitadas nos manuais do professor. Essas seções contemplam exercícios de revisão do capítulo, questões para debate, exercícios de vestibular e ENEM, textos para reflexão e propostas de pesquisa, todos coerentes com o capítulo trabalhado, como podem ser observados nos anexos III e IV. Isso representa que não há incongruências, ou disparidades, entre o que foi trabalhado no capítulo e as atividades propostas, as habilidades desenvolvidas e o nível de cobrança exigida para com o aluno do Ensino Médio.

Ambos os livros estão sintonizados com a produção intelectual contemporânea das Ciências Sociais, seja através dos seus conceitos ou informações, bem como através de procedimentos pedagógicos que estão sendo debatidos e praticados pela academia. Pode-se perceber essa prática através de diferentes seções nos livros, as quais incluem dados atualizados, produção recente de diversos autores e a inclusão de competências e habilidades de acordo com os debates sobre a Base Nacional Comum Curricular. Nos anos de publicação dos livros (2013 e 2014), não havia ainda a BNCC do Ensino Médio publicada oficialmente, porém a segunda versão já estava disponível em maio de 2016, através do portal do Ministério da Educação. As atividades, incluindo competências e habilidades bastante trabalhadas na área da pedagogia, estão fartamente contempladas pelos autores. Inclusive o livro *Sociologia em Movimento*, na abertura

de cada capítulo, estabelece habilidades que o estudante poderá atingir. Como exemplo:

Ao final deste capítulo, o estudante deverá ser capaz de: reconhecer a cultura material e imaterial como resultados das interações humanas; compreender que as sociedades humanas são caracterizadas e se diferenciam umas das outras pela sua cultura; distinguir as diferentes manifestações culturais de acordo com seus contextos internos; utilizar o conceito de ideologia nas diferentes perspectivas sociológicas. (SILVA *et al.*, 2013, p. 62)

O livro de Nelson Tomazi, mesmo reforçando em cada capítulo elementos históricos para compreender os fenômenos sociais, políticos ou culturais, apresenta um item chamado “cenários”. Nesta atividade é exigido do estudante um olhar sobre um fenômeno contemporâneo, baseando-se ou em texto jornalístico atual, ou gráficos, ou imagens, ou análises de intelectuais, enfim, variando bastante a fonte para análise.

O livro *Sociologia em Movimento*, da mesma forma, busca incluir atividades sobre o cenário contemporâneo ou citar textos de autores que estão produzindo artigos, livros e teorias. A indicação de filmes, livros e sites são frequentes ao longo das obras.

Um procedimento bastante atual, e elaborado por ambas as obras, é o uso farto de questões de vestibular e do ENEM, seja no livro didático ou em caderno de exercícios (caso do livro de Nelson Tomazi). Dessa forma, as obras procuram situar os alunos nas atuais exigências do mercado de concursos, no nível de exigência que são estabelecidos pelos mesmos e na tentativa de fazer exercitar a análise de questões de múltipla escolha, as mais comuns, conforme exemplificado a seguir:

Exames de seleção – Questão 1

(IFRN 2012) Sobre a relação indivíduo e sociedade definida pelos autores clássicos da Sociologia, é correto afirmar que:

- a) Karl Marx afirma que existem condicionamentos estruturais que levam o indivíduo, os grupos e as classes para determinados caminhos, sendo impossível a reação e transformação de tais condicionamentos.
- b) Émile Durkheim afirma que a sociedade nem sempre prevalece sobre o indivíduo. As leis e regras dependem dele e dão sentido de integração entre os membros da sociedade.
- c) Max Weber tem como preocupação central compreender o indivíduo e suas ações. A sociedade existe concretamente, mas não é algo externo

e acima das pessoas. Trata-se do conjunto das ações dos indivíduos relacionando-se reciprocamente.

- d) Weber concorda com Durkheim quando afirma que as normas, os costumes e as regras sociais não são algo externo ao indivíduo, mas estão internalizados e, com base no que traz dentro de si, ele escolhe condutas e comportamentos, dependendo das situações que se lhe apresentam.
- e) Marx concorda com Weber no sentido em que ambos entendem a questão da classe social como fundamental para se compreender a relação entre indivíduo e sociedade.

(SILVA *et al.*, 2013, pp. 57-58)

ENEM 2013 – Questão 10

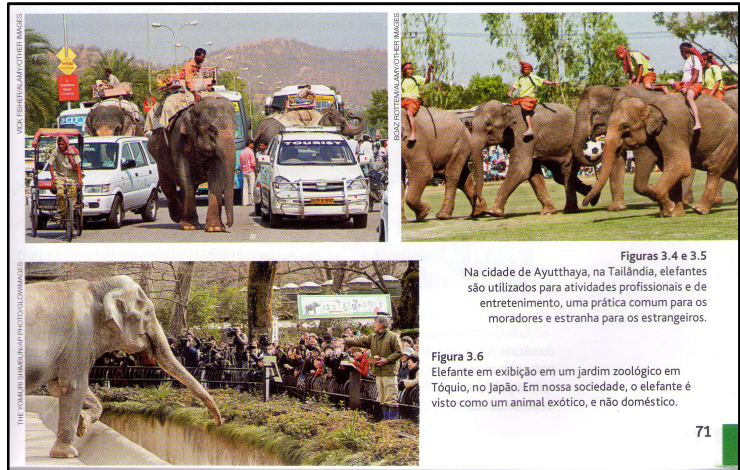
Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se. MAQUIAVEL, N. O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas. Maquiavel define o homem como um ser:

- a) Munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- b) Possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c) Guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- d) Naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e) Sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

(TOMAZI, 2014, caderno de revisão, p. 14)

Tratam-se, portanto, de livros dinâmicos, ou seja, apresentam recursos variados quanto às possibilidades de significação sociológica, como diferentes tipos de textos, relatos, depoimentos, charges, fotografias, reproduções de pinturas, dentre outros. Alguns desses elementos podem ser evidenciados, conforme demonstrado a seguir, com exemplos relativos aos temas etnocentrismo e relativismo cultural, em ambas as obras:



3.2
Biblioteca do estudante:
Leituras complementares

Se pensarmos na questão das chamadas **tribos urbanas**, podemos perceber o quanto pode ser difícil o convívio com a diferença e como o pensamento etnocêntrico ainda leva a comparações entre as diferentes práticas e costumes de forma a hierarquizá-los, gerando preconceitos entre os grupos. "Nerds", "patricinhas" e "roqueiros", por exemplo, nem sempre conseguem fazer de suas diferenças motivos para se aproximar e aprender com o outro (Figura 3.7).

Figura 3.7
Diferenças dentro de uma mesma cultura ainda são hierarquizadas e geram preconceitos: reprodução do pensamento etnocêntrico.

(SILVA *et al.*, 2013, pp. 71-72)

Convivência com a diferença: o etnocentrismo

Ter uma visão de mundo, avaliar determinado assunto por certa ótica, nascer e viver em uma classe social, pertencer a uma etnia, ser homem ou mulher são algumas das condições que nos levam a pensar na diversidade humana, cultural e ideológica, e, conseqüentemente, na alteridade, isto é, no outro ser humano, que é igual a nós e, ao mesmo tempo, diferente.

Observa-se, no entanto, grande dificuldade na aceitação das diversidades em uma sociedade ou entre sociedades diferentes, pois os seres humanos tendem a tomar seu grupo ou sociedade como medida para avaliar os demais. Em outras palavras, cada grupo ou sociedade considera-se superior e enxerga com desprezo e desdém os outros, tidos como estranhos ou estrangeiros. Para designar essa tendência, o sociólogo estadunidense William Graham Sumner (1840-1910) criou em 1906 o termo **etnocentrismo**.

"Exotismo" para consumo europeu: Umuás nas margens do rio Japurá, na Amazônia, fotografados em 1865 pelo alemão Albert Frisch. Imagens como esta foram reproduzidas às centenas pela Casa Leuzinger, a maior empresa de impressão e artes gráficas do Brasil no século XIX. Fizeram um grande sucesso comercial e valeram ao editor, o suíço Georges Leuzinger, uma menção honrosa na Exposição Universal de Paris de 1867.

(TOMAZI, 2014, p. 247)

Ambas as obras apresentam um manual destinado ao uso do professor, onde são encontrados: a) os objetivos do manual; b) orientações sobre o uso do livro didático; c) questões e orientações teórico-metodológicas baseadas nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio divulgadas pela Ministério da Educação, as quais

levam em conta dois fundamentos para o desenvolvimento da Sociologia no Ensino Médio: o estranhamento e a desnaturalização; d) subsídios e orientações para o trabalho em sala de aula, seja através de pesquisas, uso de recursos didáticos, uso adequado de teorias, conceitos e temas; e) orientações sobre a construção de projetos em sala de aula; f) orientações para construir com os alunos pesquisas sociais empíricas, de opinião, construção de análise de pesquisa e elaboração de relatórios.

Ambos os livros fazem do manual um espaço de sugestão de atividades para o professor, buscando estabelecer relações com as competências e habilidades estabelecidas pelo ENEM, bem como contribuindo com sugestões de procedimentos metodológicos e uso de recursos em cada uma das partes e/ou unidades do livro.

A análise do manual do professor colabora para compreender como os autores dos livros didáticos procuram estabelecer relações entre o ensino de Sociologia (parte pedagógica), a divulgação científica, a legislação em vigor e os métodos de trabalho em sala de aula. O manual torna-se uma ferramenta à disposição do professor para que este possa aprender a usar o recurso chamado livro didático. Convém esclarecer que no momento de escolha deste recurso, o educador, além de estar tomando contato com textos, teorias, temas, atividades e discursos, está acessando o modo como os autores pensam o que é ensinar, pois a organização das diferentes partes dos livros didáticos, a escolha dos temas, os autores de referência e as noções de ensino e aprendizagem, foram desenvolvidas a partir das premissas da editora e dos autores.

Ambos os manuais, portanto, se propõem a subvencionar o professor de adequado apoio didático-pedagógico e conceitual para sua prática docente, sendo coerentes com os conteúdos e atividades do livro didático. Os manuais ensejam ainda orientações para cada um dos capítulos, incluindo sugestões de leituras alternativas, apoio teórico, esclarecimentos dos objetivos e sugestões didáticas para o desenvolvimento dos conteúdos.

Os livros analisados por este trabalho se propõem a colaborar com o desenvolvimento de reflexões críticas junto aos alunos? Em outras palavras, é possível um livro didático contribuir com o trabalho docente para que os discentes possam produzir reflexões críticas? A atividade desenvolvida por um professor de Sociologia em sala de aula requer, como todo e qualquer componente curricular,

planejamento e objetivos. No momento em que um professor opta por um livro didático como recurso de apoio e não como o centro da atividade docente, acredita-se que este material tenha qualidade textual e inclua uma grande gama de autores, concepções teóricas e atividades diversas que procurem promover reflexões críticas. Dessa forma, um livro didático pode tornar-se um recurso não só de divulgação científica, como também um material que colabore para instigar a criatividade e novos questionamentos. O aluno, ao deparar-se com um texto de um autor clássico, ou contemporâneo, através de um texto descritivo ou jornalístico, ou mesmo uma crônica, pode desenvolver habilidades que promovam novos olhares sobre fenômenos sociais presentes em seu cotidiano, colaborando para o desenvolvimento de um processo de desnaturalização. Assim, o estranhamento, e não a conformidade, acaba por inquietar o estudante, fazendo dessa atividade junto com o livro didático um momento de reflexão crítica.

Nas obras analisadas, a proposta de atividades críticas pode ser constatada em todos os capítulos, conforme anexos III e IV. No livro *Sociologia em movimento*, os autores preocuparam-se em criar um espaço, no final de cada capítulo, intitulado “reflexão e revisão” onde o objetivo está explícito. Também criaram um espaço chamado “questão para debate” (Anexo III), incluindo diferentes textos, geralmente retirados da *internet*, de *sites* vinculados a jornais, revistas científicas ou bancos de artigos, com o intuito de fazer com que os estudantes possam ter fontes diversas para análise dos temas do capítulo, promovendo discussões sobre temas polêmicos contemporâneos e explorando a reflexão crítica.

Também no livro de Nelson Tomazi pode-se constatar a preocupação em trazer diferentes textos, os quais são analisados por meio de questões orientadoras. As seções “para refletir” e “para organizar o conhecimento” possibilitam ao professor de Sociologia um recurso adicional e complementar, o qual ainda pode ser utilizado como elemento de avaliação. Estas atividades têm por objetivo, segundo o autor, “[...] fornecer aos alunos alguns elementos para refletir sobre a unidade ou sobre os capítulos específicos, conforme a preocupação do professor, e sistematizar os novos conhecimentos.” (TOMAZI: 2014, Manual do Professor, p. 16)

Sendo assim, o conjunto de atividades criadas em ambos os livros didáticos contribuem para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, do raciocínio crítico e da capacidade de apresentar argumentos sociologicamente fundamentados.

Como já demonstrado nas seções 3.1 e 3.2 do presente capítulo, os livros didáticos aqui analisados contemplam diferentes autores e perspectivas intelectuais. Há uma gama bastante grande de autores, dos clássicos aos contemporâneos, onde a produção intelectual destes autores é apresentada aos estudantes de forma resumida ou através de excertos de textos originais. Dessa forma, ambos os livros contribuem para que os estudantes tenham a possibilidade de acesso a saberes complexos, por vezes “traduzidos” pelos autores dos livros didáticos, tomando contato também com textos originais de forma contextualizada.

Nelson Tomazi, em cada capítulo, inclui boxes chamados “nas palavras de”, onde excertos originais dos autores fazem uma interlocução com o tema tratado no capítulo. Poderia se supor que suas escolhas ficassem apenas em poucos autores, mas, como já constatado, a diversidade é bastante grande. Isso pode ser constatado no anexo V, a título de exemplo. O livro *Sociologia em movimento* não traz excertos originais dos autores trabalhados como em Tomazi, porém inclui pequenos boxes intitulados “quem escreveu sobre isso”, apresentando a imagem do autor, obras, ideias e um breve resumo sobre sua contribuição com o assunto tratado (anexo V).

Como já afirmado e constatado anteriormente, os livros didáticos possuem uma grande diversidade de textos, imagens, excertos originais de outros autores e atividades diversas em cada uma dos capítulos. Também ambos os livros contemplam de forma completa as três áreas das Ciências Sociais, quais sejam, Sociologia, Antropologia e Ciência Política. A cada capítulo, portanto, a cada tema, são explicados os conceitos estruturantes dos componentes curriculares. Para fins de comparação, observemos como cada autor entende a relação indivíduo e sociedade:

O que vem primeiro: o indivíduo ou a sociedade? Os indivíduos moldam a sociedade ou a sociedade molda os indivíduos? Podemos dizer que indivíduos e sociedade fazem parte da mesma trama, tecida pelas relações sociais. Não há separação entre eles [...] Para responder essas questões, os sociólogos desenvolveram alguns conceitos, como socialização, instituição hierarquia e poder, e geram uma diversidade de análises. (TOMAZI, 2014, p 18)

A relação entre indivíduo e sociedade é um tema fundamental das Ciências Sociais. O reconhecimento do indivíduo como elemento distinto da sociedade a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, criada no contexto da Revolução Francesa, cristalizou uma mudança que vinha ocorrendo desde o início da era moderna. Para a

análise sociológica, a compreensão dessa relação é fundamental para entendermos se a sociedade é formada a partir da ação individual ou se, ao contrário, a ação individual é determinada pela organização social. (SILVA *et al.*, 2013, p. 40)

Nota-se que a justificativa científica da análise dos temas recai sobre o uso de conceitos, os quais são utilizados em larga escala no decorrer dos capítulos. Outra comparação pode-se fazer através do conceito de cultura, tão caro para a Antropologia:

Naquele contexto, uma das primeiras definições de cultura foi elaborada pelo antropólogo inglês Edward Burnett Taylor (1832-1917). De acordo com esse autor, cultura é o conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos em uma sociedade. Trata-se de uma definição muito ampla e, para Taylor, expressa a totalidade da vida social humana. (TOMAZI, 2014, p. 245)

Ao traçarmos um histórico da construção desse conceito, veremos que sua definição mais antiga foi dada pelo antropólogo britânico Edward Taylor, que em 1871 definiu cultura como “o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”. O ponto de vista do autor era evolucionista, isto é, ele percebia que as sociedades e as religiões teriam um ponto de convergência, e, assim, a cultura seria resultado de um constante processo evolutivo. (SILVA *et al.*, 2013, p. 65)

Nesse caso, os autores entendem que não há um conceito definitivo, único, e para tanto demonstram ao estudante-leitor a possibilidade de comparação da construção do conceito entre diferentes intelectuais, tais como Edward Taylor, Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Norbert Elias, Clifford Gertz e Claude Lévi-Strauss. Ao leitor, é pedagogicamente demonstrado como a construção de um conceito envolve distintas habilidades, como isso se dá ao longo do tempo, quais contribuições os autores dão à ciência, quais as críticas e limites ao conceito são estabelecidos em relação aos outros autores e como se constroem as Ciências Sociais.

Dessa forma, ambos os livros contribuem, por meio de textos e atividades, para o aprofundamento dos conceitos estruturantes do componente curricular, tais como sociedade, socialização, trabalho, estrutura, estratificação, desigualdade, poder, política, Estado, direito, cidadania, democracia, movimentos sociais, cultura,

etnocentrismo, relativismo, religião, violência, ideologia, dominação, controle, revolução e mudança social.

Dentre os diversos exercícios estabelecidos pelos autores, o mais comum é a promoção de debates ou temas para discussão. O livro *Sociologia em movimento* procura incluir, já no início do capítulo, uma questão motivadora, como por exemplo sobre os temas poder, política e Estado: “qual é a relação entre poder política e Estado no Brasil”? Nelson Tomazi não inicia seus capítulos estabelecendo questões norteadoras ou motivadoras, porém inclui ao final de cada capítulo, e também no final de cada unidade, textos e questões que podem ser utilizadas pelo professor para a promoção de debates. Em nenhum capítulo, de ambos os livros didáticos, seja nos textos orientadores ou nas atividades, foi possível constatar a inserção de verdades absolutas ou inquestionáveis. A proposta de ambas as obras se dá no âmbito do terreno científico, procurando promover ao aluno do Ensino Médio um recurso de análise científica da realidade social.

A análise sobre a realidade social é baseada no uso de diferentes visões e com diferentes autores, como se pode constatar sobre o tema poder, política e Estado em Nelson Tomazi (anexo VI). Ao utilizar os clássicos das Ciências Sociais (Marx, Durkheim e Weber), complementados com excertos originais de Marilena Chauí e Boaventura de Sousa Santos, Nelson Tomazi colabora com o estudante ao fazê-lo estabelecer comparações das diferentes visões sobre o tema Estado, conduzindo-o a tirar suas próprias conclusões. O livro *Sociologia em movimento* não foge deste aspecto. O mesmo tema (Estado) é conduzido por uma linguagem acessível, permeada de diferentes autores, tais como Max Weber, sendo explicadas as três formas de dominação legítima (carismática, racional-legal, tradicional), Norberto Bobbio, Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Adam Smith, Karl Marx, Friedrich Engels, Lênin, John Keynes, Friedrich Hayek, Milton Friedmann. Para dissertar sobre o Estado brasileiro, o livro traz Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Victor Nunes Leal. Enfim, a diversidade de autores e ideias denota a possibilidade de um amplo debate sobre diferentes visões acerca da realidade social, e esta proposta pode ser percebida em todos os capítulos.

Ambos os livros trabalham temas contemporâneos considerados polêmicos pela sociedade civil. O que para as Ciências Sociais pode ser entendido como objeto de pesquisa, muitas vezes setores conservadores colocam esses temas como tabus

ou temas polêmicos. Itens como gênero, sexualidade, raça e etnia não são omitidos pelos autores. Os livros didáticos incluem esses itens no âmbito dos conceitos de desigualdade social, cidadania, direitos, movimentos sociais e democracia. Ambos os autores tem ainda como base um elemento fundamental para o trato das diferenças sociais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sancionada pela Organização das Nações Unidas no ano de 1948. Compreendem os autores, ainda, que as discriminações por parte da sociedade sobre determinados grupos (negros, mulheres, homossexuais, transgêneros) são um tipo de injustiça social, alicerçada na violência, seja ela simbólica ou não.

No livro *Sociologia em movimento* pode-se perceber, na introdução do capítulo intitulado *Gênero e sexualidade*, uma orientação clara dos autores que os temas não são negligenciados, são tratados como objetos de análise das Ciências Sociais e podem servir de base para atividades reflexivas sobre temas tão polêmicos:

A desigualdade de gênero, a homofobia e a discriminação baseada em critérios de orientação sexual estão entre as injustiças sociais e formas de violência que persistem na sociedade brasileira, apensar de seu processo de modernização. [...] Para a Sociologia, a discriminação e a violência contra a mulher estão inseridas em um tipo específico de desigualdade, relacionado ao que ficou conhecido nas Ciências Humanas como *questões de gênero*. Também são classificados como questões de gênero os problemas relativos ao preconceito contra homossexuais (homofobia) e transgêneros. As permanências da sociedade patriarcal e do androcentrismo estão entre as principais explicações para esse fenômeno, e serão trabalhadas ao longo do capítulo, juntamente com as evidências que apontam para a reversão desse quadro social. Movimentos sociais pressionam os agentes políticos e sociais a combater a violência baseada na discriminação de gênero, além de buscar reconstruir os papéis sociais estabelecidos. Assim será possível proporcionar igualdade de direitos para todos, independente de gênero ou orientação sexual. (SILVA *et al.*, 2013, p. 343)

Nelson Tomazi não cria um capítulo específico sobre gênero e sexualidade, raça e etnia. Elabora uma unidade com quatro capítulos onde procura englobar todos esses temas através de um título chamado “Direitos, cidadania e movimentos sociais”. Na introdução da unidade, o autor deixa bastante claro o trato desses temas:

Direito de todos, das mulheres, dos negros, das crianças, dos adolescentes, do consumidor, dos idosos ... Há várias leis e decretos que os traduzem.

Mas de que adianta haver tantas leis e decretos se não forem respeitados? Os direitos básicos dos cidadãos devem ser garantidos pelo Estado. Vamos ver como a relação entre direitos e cidadania foi tratada na história das sociedades. [...] Os documentos originados da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos são a base da Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1948. [...] No final do século XX e no início do século XXI, outros direitos relacionados a segmentos e situações sociais específicos – por exemplo, consumidores, idosos, adolescentes, crianças, mulheres minorias étnicas e homossexuais – consolidaram-se. [...] Ser cidadão é ter garantia de todos os direitos civis, políticos e sociais que asseguram a possibilidade de uma vida plena. Esses direitos não foram conferidos, mas exigidos, integrados e assumidos pelas leis, pelas autoridades e pela população em geral. A cidadania também não é dada, mas construída em um processo de organização, participação e intervenção de indivíduos ou de grupos sociais. (TOMAZI, 2014, pp. 186-190)

Nesse sentido, as atividades e as imagens disponibilizadas pelo livro na unidade se propõem a colaborar com o estudante na elaboração de reflexões sobre cidadania real e formal, sobre as desigualdades nos tempos modernos e sobre injustiças sociais (anexo VII).

Portanto, nota-se que ambos os livros didáticos possuem atividades que estimulam a formação de estudantes para a vivência social marcada pela partilha, pela participação, pelo respeito à diferença e pela responsabilidade para com as gerações futuras, evitando estimular preconceitos, discriminações, exclusão ou racismo. Contemplam, assim, de forma didática e reflexiva, os temas sobre direitos humanos, cidadania, democracia e respeito à diversidade social.

Concomitante a essa tarefa, os autores são bastante enfáticos no que diz respeito ao estímulo para a compreensão sociológica do mundo, procurando suscitar com que os estudantes se apropriem dos conhecimentos sociais à luz de sua experiência social. Os capítulos incluem textos analíticos que são embasados com muitos exemplos da realidade social brasileira, onde a desigualdade social é um tema bastante frequente, conforme se evidencia a seguir:

Saiba mais

O conceito de "nova classe média" e o debate dos especialistas

No debate sobre a "nova classe média" brasileira, destacam-se duas perspectivas de análise: uma com ênfase no acesso à renda, outra na participação social.

Aqueles que utilizam a mensuração da distribuição de renda, a renda *per capita* e o critério de classe a partir do poder de compra (as classes econômicas A, B, C, D e E) concluem que o surgimento de uma nova classe média no Brasil aconteceu já na primeira década do século XXI. Essa é a perspectiva do economista Marcelo Neri e dos cientistas políticos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, que destacam o grande crescimento da classe C, impulsionado pelo aumento do consumo, pela inflação baixa e pelo acesso ao emprego com carteira assinada e ao crédito.

Em outra perspectiva de análise, o sociólogo Jessé Souza aborda o que chama de uma "classe social nova e moderna", resultado das transformações recentes do capitalismo mundial, uma "nova classe trabalhadora". Souza entende que não é possível determinar classes sociais por renda, mas sim pela visão prática de mundo que mostra os comportamentos e atitudes com exemplos concretos. Para ele, chamar os trabalhadores brasileiros de nova classe média é uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições da vida desses indivíduos, como se o capitalismo financeiro fosse bom e sem defeitos. Ao associar classe à renda esquece-se a transmissão afetiva de valores, processo invisível oriundo da socialização familiar que forma indivíduos com capacidades muito distintas. O autor demonstra que essa nova classe conseguiu seu lugar ao sol à custa de muito esforço, pela sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada de trabalho e escola, pela capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, principalmente, pela crença no sucesso que resultaria do próprio trabalho.

O economista Marcio Pochmann salienta que não se trata de uma nova classe, muito menos de uma classe média, mas sim de novos segmentos no interior da classe trabalhadora. Os empregos gerados nos últimos anos — ofertados não pela indústria, mas pelo setor de serviços e com remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo — criaram uma classe trabalhadora consumista, individualista e despolitizada. Pochmann destaca ainda que a maior parte dos ocupados na base da pirâmide social permanece excluída da proteção social e trabalhista e que apresenta baixa taxa de sindicalização, menos de 13%. O autor conclui que os trabalhadores da base da pirâmide ampliaram sua dimensão e tornaram-se protagonistas de um importante movimento durante o período recente. Essa alteração na estrutura ocupacional foi acompanhada da elevação real das remunerações, o que permitiu a potencialização da mobilidade social e a inclusão no mercado de bens e consumo sem, no entanto, permitir afirmar que constitua uma nova classe média.

(SILVA *et al.*, 2013, p. 252)

nas palavras de
IANNI

As desigualdades e a questão social

[...]

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras. Os surtos de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas, mineradoras e industriais, ao longo das várias repúblicas, assinalam os mais diversos movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas. As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos. Esse é o contexto em que o emprego, desemprego, subemprego e pauperismo se tornam realidade cotidiana para muitos trabalhadores. As reivindicações, protestos e greves expressam algo deste contexto. Também os movimentos sociais, sindicatos e partidos revelam dimensões da complexidade crescente do jogo das forças sociais que se expandem com os desenvolvimentos extensivos e intensivos do capitalismo na cidade e no campo.

[...]

Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural.

[...]

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004. p. 106-107.

(TOMAZI, 2014, p. 117)

Dessa forma, a complexidade da sociedade brasileira é a realidade social sempre presente para transformar-se em objeto de estudo. Ambas as obras contribuem com uma gama bastante grande de imagens, textos e artigos de apoio para colocar o leitor-estudante frente a realidades sociais complexas, as quais

podem ser analisadas sobre a ótica científica tanto da Sociologia, como da Antropologia ou da Ciência Política.

Nesse sentido, a preocupação de ambas as obras acerca da distinção entre senso comum e produção científica é característica comum. Nelson Tomazi procura mostrar ao leitor, na introdução do livro, como surgiu a Sociologia, para que serve, por que ele existe e como ela se desenvolve enquanto conhecimento científico distinto do senso comum:

A Sociologia nos ajuda a entender melhor essas e outras questões que envolvem nosso cotidiano, sejam elas de caráter individual ou coletivo, sejam, ainda, relativas à sociedade à qual pertencemos ou a todas as sociedades. O fundamental da Sociologia, porém, é nos fornecer conceitos e outras ferramentas para analisar as questões sociais e individuais de modo sistemático e consistente. Por meio da Sociologia, obtemos um conhecimento científico da realidade social. [...] Entre o final do século XIX e o início do século XX, os estudiosos que mais iriam influenciar o posterior desenvolvimento da Sociologia concentravam-se fundamentalmente em três países: França, Alemanha e Estados Unidos. Esses estudiosos, por meio de pesquisas e reflexões, dialogavam com a sociedade da qual faziam parte, não se contentando com as noções e explicações até então estabelecidas. Por isso, procuravam ultrapassar o senso comum e elaboraram conceitos e teorias sobre aspectos da sociedade que a maioria das pessoas não questionava. (TOMAZI, 2014, p. 9-11)

O livro *Sociologia em movimento* vai além. Procura estabelecer, no capítulo 1, explicações sobre as diferentes formas de conhecimento, apresentando o conhecimento religioso, o conhecimento filosófico, o conhecimento do senso comum e o conhecimento científico. Em nenhum momento procura estabelecer comparações que criem hierarquia ou maior importância de um em relação ao outro. A proposta é apresentar diferentes autores como defensores da sua oposição, mas também intelectuais como Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire que defendem a complementaridade dos conhecimentos. Analisam como historicamente a ciência foi construída e como, hoje, não há necessidade de considerar a ciência infalível ou inquestionável, nem menosprezar o senso comum. Entendem que ambos os conhecimentos podem ser complementares:

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que a oposição entre ciência e senso comum se justificou nos séculos XVIII e XIX, principalmente nas ciências naturais, para promover a ciência como principal meio de conhecimento do mundo. Na atualidade tal posição não se justifica mais e deve ser substituída por uma aproximação que transforme tanto o senso comum quanto a ciência. Assim, o senso comum se tornaria menos

supersticioso e restrito à tradição, enquanto a ciência ficaria mais acessível e inteligível a todos, mediante novos veículos de divulgação científica e a universalização da educação. [...] Contrapondo-se ao Positivismo, Freire defende que o conhecimento efetivo da realidade só acontece a partir do modo como os indivíduos explicam o mundo em seu cotidiano e da valorização do saber popular – que é uma das modalidades do senso comum. Segundo essa visão, todo conhecimento científico teria por objetivo converter-se em senso comum. (SILVA *et al.*, 2013, pp. 21-22)

Assim, as obras aqui analisadas procuram contribuir para que o leitor possa notar como o conhecimento científico tem uma trajetória, que ele não é um dogma, é construído através de pesquisas e método, e que a sociedade pode ser entendida como objeto de análise científica, sem necessariamente menosprezar os saberes não científicos. Dessa forma, as obras contribuem para que os estudantes distingam senso comum da produção científica, deixando claro que o cientista social busca uma interpretação científica da realidade social.

Nesse sentido, muitas atividades, em ambos os livros, são exercícios de pesquisa, os quais orientam os alunos para pensarem sociologicamente, para reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreenderem as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo. No livro de Nelson Tomazi, ao final de cada unidade, é incluída uma seção chamada “Para pesquisar”, cujo objetivo é transformar o estudante num pequeno pesquisador, onde a tarefa é entrevistar pessoas e, a partir dos dados coletados, produzir reflexões, relatórios ou outras formas de apresentação da atividade (Anexo VIII).

O livro *Sociologia em movimento* também faz uso do instrumento da pesquisa. Procura fazer com que o estudante entre em contato com pesquisas já elaboradas e complexas, estimulando-o a desenvolver também pesquisas em sua escola, cujos resultados possam ser analisados e socializados com os colegas (Anexo IX).

Por fim, é importante destacar que ambos os livros didáticos são claros acerca das opções teórico-metodológicas, apresentando coerência entre as opções teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, atividades, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de Sociologia, Antropologia e Ciência Política para o Ensino Médio. Isso pode ser

constatado ao contrastar o manual do professor, onde as opções teórico-metodológicas são evidenciadas ao docente, com o livro didático e suas características.

A análise elaborada por peritos do Ministério da Educação, disponibilizados no site desta instituição, dão conta de que não há erros de informação e/ou de indução a erros ocasionados por informações parciais, descontextualizadas e/ou desatualizadas. Em ambos os livros há ressalvas, mas que não desautorizam sua distribuição através do Plano Nacional do Livro Didático.⁶

⁶ Cfe. PNLD. <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico>. Acesso em 23/08/2018.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um elemento significativo na produção intelectual e científica que visa atingir o público em formação, no caso estudantes do Ensino Médio, os livros didáticos tem tido forte importância no cotidiano da escola brasileira. Houve a ampliação da distribuição de livros didáticos através do Plano Nacional do Livro Didático (a criação deste plano é de 1929) abrangendo um número considerável de escolas e, portanto, alunos (conforme anexo I). Dessa forma, o livro didático é entendido como um elemento essencial da prática pedagógica, e cabe aos professores a escolha dos livros que são oferecidos. Os critérios das escolhas dos livros de Sociologia por parte dos professores não é o objeto desta pesquisa, porém entende-se que os livros podem direcionar a construção dos planos de estudo ou, em outras palavras, os planos de estudos são construídos pelas instituições escolares com o objetivo de adaptar-se ao livro didático, mantendo-se a sintonia entre prática de sala, uso do livro como suporte e plano de estudos. Assim, os livros de Sociologia do Ensino Médio, apresentados pelo PNLD aos professores da rede pública brasileira, podem servir às necessidades dos professores e, ao mesmo tempo, direcionar a conduta de sala de aula. É orientação do Ministério da Educação que o livro didático deva ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola, ao aluno, ao professor e à realidade sociocultural das instituições, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.⁷

Para a presente pesquisa, entende-se que a produção dos livros didáticos de Sociologia atende adequadamente às necessidades dos professores do Ensino Médio e respeita os critérios estabelecidos em editais de escolha de livros didáticos pelo Ministério da Educação para sua adoção, sem desrespeitar o caráter de divulgação científica.

São livros elaborados por profissionais qualificados e acredita-se que contemplem aquilo que se espera de uma divulgação científica para a Educação Básica: isenção político-partidária; qualidade dos textos; variedade de autores e intelectuais citados; uso adequado da linguagem científica para a Educação Básica; contemplação das três áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política); divulgação de informação correta, precisa e atualizada;

⁷ Cfe. Ministério da Educação. Escolha do livro didático. In: <http://portal.mec.gov.br/pnld>. Acesso: 10/01/2017.

contribuição para a construção de conceitos, posturas frente ao mundo e à realidade; compreensão de processos sociais, científicos, e culturais; não conter textos que estimulem preconceitos ou exclusão; uso de diferentes abordagens temáticas, as quais contemplam a complexidade da sociedade, tais como empoderamento feminino, temática de gênero, combate à homofobia e ao racismo; abordagem sobre a violência e formas de sua superação; valorização dos direitos humanos de forma geral; valorização da diversidade, da cultura, da cidadania, da democracia e da política como forma participação popular; e, por fim, observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.

Nota-se que, além de atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional do Livro Didático, bem como aos critérios estabelecidos no parágrafo anterior, os livros didáticos analisados por este estudo não ferem princípios éticos, não promovem ideologias político-partidárias e tampouco pretendem ser divulgadores do senso comum como acreditam instituições já citadas. Neste sentido, não é possível afirmar que nas obras analisadas há posturas de esquerda ou tendências marxistas na produção textual. Em primeiro lugar, não há uma predominância do uso de textos ou ideias de Karl Marx nos livros, ou seja, o uso dos clássicos da Sociologia se dá de maneira muito equilibrada. Em segundo lugar, não é possível afirmar que predomina a análise dialética de Karl Marx para compreensão dos fenômenos sociais, nem há predominância da análise funcionalista de Émile Durkheim ou da análise compreensiva de Max Weber.

Deve-se considerar também que seria ingenuidade crer que o cientista social está isento de interesses e mesmo de ideologias. Ele não é um ser isolado de sua comunidade e dos elementos que podem influenciar em sua conduta. Lembremos que Pierre Bourdieu acredita ser isso uma ficção. Nem sempre a ciência é neutra, mesmo porque as escolhas feitas pelos cientistas podem contemplar temas de maior ou menor interesse de acordo com suas convicções políticas, suas vontades e seus valores (BOURDIEU, 1983), assim como Jürgen Habermas acredita que o saber científico não poder ser separado dos interesses humanos (HABERMAS, 1982).

Entenda-se que na construção de um livro didático, as escolhas de textos, exercícios, pesquisas, atividades e imagens podem ser conduzidas por seus autores com determinado interesse, mas com o intuito de desenvolver conduta ideológica ou

partidária vai uma grande distância. Isso pode ser observado nos objetos analisados por este estudo, pois ambos os livros procuram, no decorrer dos capítulos, incentivar o leitor-estudante a desenvolver habilidades e adquirir saberes que promovam reflexões críticas sobre a realidade mundial e brasileira. Parece que, além de serem instrumentos de divulgação científica, propõem-se a ensinar, no ambiente escolar, valores democráticos e cidadãos, respeitando a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira, respeitando a legislação vigente, principalmente a Constituição Federal. As obras são incentivadoras da liberdade individual, da democracia e da justiça social, ao mesmo tempo incentivadoras de olhares desnaturalizantes. Portanto, estão longe de um possível interesse doutrinário, ou ideológico de má-fé.

Os textos procuram ainda contemplar uma diversidade de intelectuais das três áreas para além dos clássicos, promovendo uma formação cultural ao aluno que proporcione visões críticas da sua realidade. Não há evidência clara, em ambos os livros didáticos, que haja intenção dos seus autores em proporcionar visões distorcidas da realidade social ou contemplar assuntos que beneficiem visões intelectuais estereotipadas. As atividades de pesquisa, desenvolvidas no decorrer dos capítulos, têm por objetivo fazer com que os estudantes possam analisar criticamente a sua realidade social com apoio de conceitos sociológicos com a finalidade de um exercício crítico.

Compreende-se que os docentes que escolherem os livros didáticos aqui analisados terão à sua disposição um material de caráter científico, divulgador das principais ideias, concepções e bases das Ciências Sociais. Não há nenhuma evidência, na análise aqui elaborada, que os autores estejam fazendo uso de seus livros como material de divulgação político-partidária ou ideológica, ou estejam a serviço do Estado para tal fim. Cumprem o objetivo de transformar o livro didático num material de divulgação científica adaptado para as necessidades dos alunos do Ensino Médio, colaborando para o fazer sociológico na educação básica.

Os materiais apresentados conseguem contemplar muitos dos temas das três áreas das Ciências Sociais, contribuindo para promover competências e habilidades com os estudantes no intuito de que sejam capazes de identificar injustiças, distinguir o que é um fato social e um fato sociológico, contribuir para a criação de soluções para os desafios da sociedade brasileira contemporânea, tais como a

desigualdade social, a violência e a legitimação da opressão, posicionando-se de forma favorável para a transformação do ambiente em que vivem.

De um livro didático espera-se que contribua para a formação discente. Isso é o básico. O que ele pode ser além disso, no caso das Ciências Sociais? Sendo uma das ferramentas da Educação Básica, espera-se que contribua na construção da cidadania. A qualidade dos textos, o uso de imagens, charges, desenhos, quadrinhos, os exercícios reflexivos, o incentivo a pesquisas, o desenvolvimento de projetos, o incentivo à criatividade, enfim, todos esses elementos podem estar incluídos em um livro didático e serem ferramentas de desenvolvimento do saber nas mãos dos professores da área. Se o uso desse instrumento faz parte do cotidiano dos estudantes brasileiros há muitas décadas, o que esperar para os próximos anos? Os gestores de políticas públicas não parecem querer abandonar o livro didático como um instrumento da educação básica, independente dos interesses comerciais de muitas editoras.

É também notório que os livros se adéquam aos novos tempos, às características contemporâneas dos jovens e dos adolescentes. São criados *layouts* diferenciados, mais atrativos para o olhar dos jovens estudantes, e os temas abordados pelos autores procuram aproximar-se da realidade de quem os lê, introduzindo os desafios do cotidiano sempre presente na vida dos jovens de diferentes classes sociais e gêneros. A cada ano, novas edições e atualizações são lançadas no mercado de livros didáticos, os quais procuram cativar professores e alunos. Com o intuito de contribuir para a divulgação das Ciências Sociais, aproximando os alunos do Ensino Médio com os saberes produzidos na academia, os livros didáticos têm sempre presente os desafios de se tornarem atrativos ao olhar de seus leitores. Neste sentido, as duas obras analisadas neste trabalho demonstram um interesse recorrente de fuga ao autoritarismo. A pretensão é divulgar a ciência e, ao mesmo tempo, incentivar a criticidade dos estudantes, procurando fazê-los entender a complexidade das Ciências Sociais e como podem ser ferramenta de construção de análise da sua realidade.

Os livros didáticos podem colaborar, dessa forma, para a concretização das situações de ensino e aprendizagem, incluindo maior diversidade de assuntos/temas, promover a cidadania, evitar preconceitos, estimular o respeito à diversidade, contribuir para a superação do senso comum, instigar para a

desnaturalização dos fenômenos sociais e desenvolver o estranhamento no olhar dos estudantes. Os livros didáticos podem, portanto, colaborar através do estímulo às atitudes de inquietude e dúvida, algo tão presente nas ciências em geral. Como disse Charles Wright Mills (1969), trata-se de promover a “imaginação sociológica”. Muitos livros didáticos já assumem esse papel, e parecer ser esse o caminho para o futuro de outros tantos livros didáticos voltados para a área das Ciências Sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. pp. 122-155.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acessado em: 14/09/2016. (LDB)
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. 2001. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf. Acessado em: 14/09/2016. (PNE)
- BRASIL. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3)
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2015: sociologia: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.
- BUENO, W. da C. B. Jornalismo científico: revisitando o conceito. In: VICTOR, C.; CALDAS, G.; BORTOLIERO, S. (Org.). *Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: All Print, 2009. p. 157-178.
- BUENO, W. da C. B. *Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais*. Inf. Inf., Londrina, v. 15, n. esp, p. 1 - 12, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CORTELLA, Mario Sergio. *Qual é a tua obra?* Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 9ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 11. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- GIROUX, Henry A. *Os Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse: com um novo posfácio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HANDFAS, Anita. *Os livros didáticos de Sociologia*. Revista coletiva, nº 10, jan/fev/mar/abr 2013. Disponível em: www.coletiva.org. Acessado em: 07/09/2016.

- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARTINS, Isabel. *Analisando livros didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso*: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. *Pro-Posições*, v. 17, n. 1 (49), jan./abr. 2006, p.117-136.
- MARX, Karl - ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MILLS, Wright C. *A imaginação sociológica*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- NETO, Manoel Moreira de Sousa; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; PESSOA, Márcio Kleber Moraes. *Ferramenta didática ou guia curricular?* Percepção de professores sobre o processo de escolha dos livros didáticos de Sociologia em escolas do Ceará. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 14, n. 31, 2015, p.155-179.
- OLIVEIRA, Amurabi Pereira. *O Lugar da Antropologia nas Licenciaturas em Ciências Sociais*. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 a 06 de agosto de 2014, Natal/RN junto ao Simpósio Especial “O Ensino de Antropologia: expandido fronteiras no século XXI”, coordenado pelas professoras Simoni Lahud Guedes (UFF) e Christina de Rezende Rubim (UNESP).
- SILVA, Afrânio. *et al. Sociologia em movimento*: volume único. São Paulo: Moderna: 2013.
- SILVA, Ileizi L. F. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury C. (coord.). *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ANEXOS

Anexo I

Coleções mais distribuídas por componente curricular no ano de 2015

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

PNLD 2015 - Coleções mais distribuídas por componente curricular
Sociologia

	Código	Título	Tipo	Qtde. Página	Cad. Tipo.	Quantidade	Quantidade por Coleção
1ª	42404L2828	SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO	L	400	26	2.387.750	2.420.496
	42404L2828	SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO	M	512	33	32.746	
2ª	42406L2828	SOCIOLOGIA HOJE - VOLUME ÚNICO	L	328	21,5	1.639.710	1.662.645
	42406L2828	SOCIOLOGIA HOJE - VOLUME ÚNICO	M	424	27,5	22.935	
3ª	42408L2828	SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO	L	368	24	1.232.574	1.250.718
	42408L2828	SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO	M	464	30	18.144	
4ª	42409L2828	TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA	L	384	25	1.029.308	1.043.676
	42409L2828	TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA	M	496	32	14.368	
5ª	42401L2828	SOCIOLOGIA - VOLUME ÚNICO	L	304	20	904.224	917.432
	42401L2828	SOCIOLOGIA - VOLUME ÚNICO	M	376	24,5	13.208	
6ª	42407L2828	SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI	L	400	26	255.231	259.107
	42407L2828	SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI	M	496	32	3.876	

Fonte: PNLD

Anexo II – Questões norteadoras

Os livros didáticos analisados pela presente pesquisa:

- 1) Respeitam a legislação, as diretrizes e as normas oficiais relativas ao Ensino Médio?
- 2) Observam os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social?
- 3) Contemplam de forma coerente os conceitos e conteúdos relativos às três áreas das Ciências Sociais?
- 4) São coerentes e adequados quanto à abordagem teórico-metodológica no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados, possuindo textos, imagens e atividades coesas para auxiliar o professor e o estudante na sua utilização?
- 5) São atualizados quanto aos conceitos, informações e procedimentos?
- 6) Possuem manual do professor e adequação à linha pedagógica nele apresentada?
- 7) Estimulam o desenvolvimento de reflexões críticas?
- 8) Contemplam diferentes autores e perspectivas intelectuais?
- 9) Contribuem, por meio de textos e atividades, para o aprofundamento dos conceitos estruturantes do componente curricular, tais como sociedade, socialização, trabalho, estrutura, estratificação, desigualdade, poder, política, Estado, direito, cidadania, democracia, movimentos sociais, cultura, etnocentrismo, relativismo, religião, violência, ideologia, dominação, controle, revolução e mudança social?
- 10) Promovem debates sobre diferentes visões acerca da realidade social ou promovem verdades absolutas e inquestionáveis?
- 11) Possuem atividades que estimulam a formação de estudantes para a vivência social marcada pela partilha, pela participação, pelo respeito à diferença e pela responsabilidade para com as gerações futuras, evitando estimular preconceitos, discriminações, exclusão ou racismo?
- 12) Estimulam modos de compreensão sociológica do mundo, suscitando que os estudantes se apropriem dos conhecimentos sociais à luz de sua experiência social?
- 13) Contribuem para que os estudantes distingam senso comum da produção científica?
- 14) Orientam os alunos para pensarem sociologicamente, para reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreenderem as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo?
- 15) São claros acerca das opções teórico-metodológicas, apresentando coerência entre as opções teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, atividades, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de Sociologia, Antropologia e Ciência Política para o Ensino Médio?
- 16) Contribuem para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, do raciocínio crítico e da capacidade de apresentar argumentos sociologicamente fundamentados?
- 17) São dinâmicos, apresentando recursos variados quanto às possibilidades de significação sociológica, como diferentes tipos de textos, relatos, depoimentos, charges, fotografias, reproduções de pinturas, dentre outros?
- 18) São isentos de erros de informação e/ou de indução a erros ocasionados por informações parciais, descontextualizadas e/ou desatualizadas?

Anexo III

Atividades

Reflexão e revisão

Lista de exercícios

Banco de questões

A construção do conhecimento sobre a realidade social é um processo no qual os indivíduos e grupos vão explicando, compreendendo e interferindo em seu próprio mundo. Na sociedade contemporânea, diferentes disciplinas científicas colaboram, cada qual a seu modo, para que esse processo de conhecimento se amplie. A Sociologia, criada no século XIX com o objetivo de desvendar e solucionar os problemas da sociedade industrial, tem tido um importante papel na produção de instrumentos e análises que contribuam para um melhor entendimento das relações e estruturas sociais que vivenciamos cotidianamente. Com base na leitura e discussões realizadas, responda às questões a seguir:

1. Quais são as diferentes formas de conhecimento? Quais são as diferenças entre elas?
2. A Sociologia é uma disciplina científica que apresenta quais objetivos? Em que ela contribui para a compreensão da sociedade contemporânea?
3. Quais são os métodos de análise utilizados pela Sociologia?
4. Que contribuições a Sociologia tem dado para a compreensão da sociedade do século XXI?

Questão para debate

Leia os textos abaixo e faça o que se pede.

1.6

Biblioteca do estudante:
Leituras complementares

**Células-tronco –
A batalha da ciência x religião**

“Cura para alguns tipos de câncer e doenças degenerativas; possibilidade de que pessoas com lesões na coluna e paraplégicas possam voltar a andar, cura para o mal de Alzheimer [...] é no que muitos estudiosos e cientistas apostam conseguir com o avanço das pesquisas com as chamadas células-tronco.

Existem dois tipos de células-tronco: as adultas, extraídas de tecidos maduros, como o sangue, do cordão umbilical e da medula óssea (retirada da bacia); e as crianças, retiradas de embriões. As células adultas são mais especializadas e dão origem a apenas alguns dos tecidos do corpo. As células-tronco embrionárias têm se mostrado capazes de transformar-se em qualquer tecido do corpo; se colocadas num fígado, se transformará numa célula de

36

Fonte: SILVA *et al*: 2013, p. 36.

Anexo IV

leituras e atividades

PARA REFLETIR

Eu etiqueta

Em minha calça está grudado um nome que não é meu de batismo ou de cartório, um nome... estranho.

Meu blusão traz lembrete de bebida que jamais pus na boca, nesta vida.

Em minha camiseta, a marca de cigarro que não fumo, até hoje não fumei.

Minhas meias falam de produto que nunca experimentei

mas são comunicados a meus pés.

Meu tênis é proclama colorido de alguma coisa não provada por este provador de longa idade.

Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro, minha gravata e cinto e escova e pente, meu copo, minha xicara,

minha toalha de banho e sabonete, meu isso, meu aquilo,

desde a cabeça ao bico dos sapatos, são mensagens,

letras falantes,

gritos visuais,

ordens de uso, abuso, reincidência,

costume, hábito, premissa,

indispensabilidade,

e fazem de mim homem anúncio itinerante, escravo da matéria anunciada.

Estou, estou na moda.

É doce estar na moda, ainda que a moda seja negar minha identidade,

trocá-la por mil, açambarcando

todas as marcas registradas,

todos os logotipos do mercado.

Com que inocência demito-me de ser eu que antes era e me sabia

tão diverso de outros, tão mim-mesmo,

ser pensante, sentinte e solidário

com outros seres diversos e conscientes

de sua humana, invencível condição.

Agora sou anúncio,

ora vulgar ora bizarro,

em língua nacional ou em qualquer língua (qualquer, principalmente).



E nisto me comprazo, tiro glória de minha anulação. Não sou — vê lá — anúncio contratado. Eu é que mimosamente pago para anunciar, para vender em bares festas praias pérgulas piscinas, e bem à vista exhibo esta etiqueta global no corpo que desiste de ser veste e sandália de uma essência tão viva, independente, que moda ou suborno algum a compromete.

Onde terei jogado fora meu gosto e capacidade de escolher, minhas idiossincrasias tão pessoais, tão minhas que no rosto se espelhamam, e cada gesto, cada olhar, cada vinco da roupa resumia uma estética?

Hoje sou costurado, sou tecido,

sou gravado de forma universal,

saio da estamperia, não de casa,

da vitrina me tiram, recolocam,

objeto pulsante mas objeto

que se oferece como signo de outros

objetos estéticos, tarifados.

Por me ostentar assim, tão orgulhoso

de ser não eu, mas artigo industrial,

peço que meu nome retifiquem.

Já não me convém o título de homem.

Meu nome novo é coisa.

Eu sou a coisa, coisamente.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Corpo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 85-87.

42

1. O poema realça a capacidade humana de pensar, agir e decidir sobre a própria vida como um valor fundamental. Que valores são contrapostos a esse na voz do eu poético?
2. Você passa por alguma(s) das situações citadas no poema, em casa, na escola ou mesmo entre os amigos? Se sua resposta for afirmativa, cite versos do poema que caracterizem essa situação.

PARA ORGANIZAR O CONHECIMENTO

O texto a seguir, extraído de um livro do sociólogo Alberto Tosi Rodrigues (1965-2003), que foi professor da Universidade Federal do Espírito Santo, poderá ajudá-lo a ordenar as ideias sobre o que leu nesta unidade. Discuta com seus colegas as respostas que daria às perguntas feitas pelo autor.

O homem faz a sociedade ou a sociedade faz o homem?

Num de seus sambas, Paulinho da Viola narra a trajetória de um malandro do morro, Chico Brito. Na canção, ele é malandro, sim, vive no crime e é preso a toda hora. Paulinho, porém, não atribui sua condição a uma falha de caráter. Chico era, em princípio, tão bom como qualquer outra pessoa, mas "o sistema" não lhe deixara outra oportunidade de sobrevivência que não a marginalidade. O último verso diz tudo: "a culpa é da sociedade que o transformou". Já em outra canção, bem mais conhecida, Geraldo Vandré dá um recado com sentido oposto: "quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Somos nós que fazemos a hora? Ou a hora já vem marcada, pela sociedade em que vivemos? O que, afinal, o "sistema" nos obriga a fazer em nossa vida? Qual a nossa margem de manobra? Qual o tamanho da nossa liberdade?

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da educação*. 4. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2004, p. 19.



Acima, capa do álbum de Paulinho da Viola, de 1996, que contém a gravação do samba Chico Brito; ao lado, capa do disco de Geraldo Vandré que traz a gravação da canção *Para não dizer que não falei das Flores*, lançada em 1968 e logo proibida pela ditadura militar.



PARA PESQUISAR

1. Escreva sua biografia. Para isso, siga as orientações abaixo:

Entreviste seus pais e parentes para saber como era o local onde sua família vivia na época de seu nascimento. Acrescente outras informações, como o nome das escolas em que você estudou até hoje. Para ilustrar, procure reunir algumas fotografias de cada período de sua vida.

Se sua família se mudou, procure saber: por que ela deixou a zona rural e mudou-se para uma cidade ou vice-versa; por que ela mudou de uma região para outra; por que ela mudou de um bairro para outro da mesma cidade. Se a sua família não se mudou, procure saber por que continua vivendo no mesmo lugar.

2. Pesquise, em jornais, em revistas ou na internet, reportagens sobre acontecimentos (nacionais ou internacionais) que, em sua opinião, exerceram influência em sua vida. Com essas informações em mãos, construa um painel com fotografias e textos que destacam a relação entre os acontecimentos pesquisados.

43


Fonte: TOMAZI: 2014, pp. 42-43

Anexo V

Quem escreveu sobre isso

Franz Boas

Nascido na Alemanha, desenvolveu seus estudos antropológicos nos Estados Unidos, Franz Boas (1858-1942) foi um dos precursores da crítica ao evolucionismo. Seus estudos procuraram demonstrar que cada cultura possui uma particularidade histórica e deve ser considerada um fenômeno relativamente autônomo. Pode ser considerado um dos fundadores da moderna Antropologia.



Franz Boas, antropólogo precursor da crítica ao evolucionismo.

CANADIAN MUSEUM OF CIVILIZATION, GATINEAU

Fonte: SILVA *et al*: 2013, p. 66.

nas palavras de
DURKHEIM

A sociedade, a educação e os indivíduos

[...] cada sociedade, considerada num momento determinado do seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos como uma força geralmente irresistível. É inútil pensarmos que podemos criar os nossos filhos como queremos. Há costumes com os quais temos de nos conformar; se os infringimos, eles vingam-se nos nossos filhos. Estes, uma vez adultos, não se encontrarão em condições de viver no meio dos seus contemporâneos, com os quais não estão em harmonia. Quer tenham sido criados com ideias muito arcaicas ou muito prematuras, não importa; tanto num caso como noutro, não são do seu tempo e, por conseguinte, não estão em condições de vida normal. [...]

Ora, não fomos nós, individualmente, que fizemos os costumes e as ideias que determinam este modelo. São o produto da vida em comum e exprimem as suas necessidades. São até, na maior parte, obra de gerações anteriores. Todo o passado da humanidade contribuiu para fazer este conjunto de máximas que dirigem a educação atual; toda a nossa história lhe deixou traços, e até mesmo a história dos povos que nos precederam. [...] Quando estudamos historicamente a maneira como são formados e desenvolvidos os sistemas de educação, apercebemo-nos que eles dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado da indústria, etc. Se os desligamos de todas estas causas históricas, tornam-se incompreensíveis.

[...]

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2001. p. 47-48.

Fonte: TOMAZI: 2014, p. 32.

Anexo VI

nas palavras de **MARX e ENGELS**

Estado e burguesia

[...]

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

[...]

Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 41-42.

nas palavras de **DURKHEIM**

Estado e interesses coletivos

[...] Como é necessário haver uma palavra para designar o grupo especial de funcionários encarregados de representar essa autoridade, conviremos em reservar para esse uso a palavra Estado. Sem dúvida é muito frequente chamar-se de Estado não o órgão governamental, mas a sociedade política em seu conjunto, o povo governado e seu governo juntos, e nós mesmos empregamos a palavra nesse sentido. Assim, fala-se em Estados europeus, diz-se que a França é um Estado. Porém, como é bom que haja termos especiais para realidades tão diferentes quanto a sociedade e um de seus órgãos, chamaremos mais especialmente de Estado os agentes da autoridade soberana, e de sociedade política o grupo complexo de que o Estado é o órgão eminente. [...]

Eis o que define o Estado. É um grupo de funcionários *sui generis*, no seio do qual se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade. Não é correto dizer que o Estado encarna a consciência coletiva, pois esta o transborda por todos os lados. É em grande parte difusa; a cada instante há uma infinidade de sentimentos sociais, de estados sociais de todo o tipo de que o Estado só percebe o eco enfraquecido. Ele só é a sede de uma consciência especial, restrita, porém mais elevada, mais clara, que tem de si mesma um sentimento mais vivo. [...] Podemos então dizer em resumo: o Estado é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações distinguem-se das outras representações coletivas por seu maior grau de consciência e de reflexão.

[...]

DURKHEIM, Émile. *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 67-71.

nas palavras de **WEBER**

Estado e política

[...] O que é um "Estado"? Sociologicamente, o Estado não pode ser definido em termos de seus fins. Difícilmente haverá qualquer tarefa que uma associação política não tenha tomado em suas mãos, e não há tarefa que se possa dizer que tenha sido sempre, exclusivamente e peculiarmente, das associações designadas como políticas: hoje o Estado, ou, historicamente, as associações que foram predecessoras do Estado moderno. Em última análise, só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos meios específicos peculiares a ele, como peculiares a toda associação política, ou seja, o uso da força física. "Todo Estado se fundamenta na força", disse Trotski em Brest-Litovsk. Isso é realmente certo. Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de "Estado" seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como "anarquia", no sentido específico da palavra. É claro que a força não é certamente o meio normal, nem o único do Estado — ninguém o afirma — mas um meio específico ao Estado. Hoje, as relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas. [...] porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o **monopólio do uso legítimo da força física** dentro de um determinado território. [...] Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do "direito" de usar a violência. Daí "política", para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.

[...]

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 97-98.

Anexo VII

A cidadania substantiva ou real é a que está presente no dia a dia. A prática da cidadania substantiva revela que, apesar das leis existentes, não há igualdade fundamental entre todos os seres humanos — entre homens e mulheres; entre crianças, jovens e idosos; entre negros e brancos.

Vamos tomar como exemplos o direito à vida e o direito de ir e vir. O direito à vida é o principal. Sem ele, os demais nada valem. Mas milhares de pessoas, principalmente crianças, morrem de fome todos os dias em vários locais do planeta. Essas pessoas não conseguiram ter o direito à vida, o direito real e substantivo à cidadania.

O segundo direito básico em nossa sociedade, o de ir e vir, é reconhecido desde o século XVII. No dia a dia, entretanto, nem sempre as pessoas podem se deslocar para qualquer lugar e ficar onde querem. Tomando alguns exemplos bem próximos, podemos citar o impedimento à livre circulação dos cidadãos em algumas

Todos são iguais perante a lei, mas nem todos têm seus direitos básicos garantidos. No alto, menino iraquiano em lixão da periferia de Bagdá. Ao lado, jovens chineses diante de loja de artigos de luxo em Shanghai. Fotografias de 2013.

Ahmad AL-Rubayye/AFP



AFP



Fonte: TOMAZI: 2014, p. 191.

Anexo VIII

PARA PESQUISAR

1. Escreva sua biografia. Para isso, siga as orientações abaixo:

Entreviste seus pais e parentes para saber como era o local onde sua família vivia na época de seu nascimento. Acrescente outras informações, como o nome das escolas em que você estudou até hoje. Para ilustrar, procure reunir algumas fotografias de cada período de sua vida.

Se sua família se mudou, procure saber: por que ela deixou a zona rural e mudou-se para uma cidade ou vice-versa; por que ela mudou de uma região para outra; por que ela mudou de um bairro para outro da mesma cidade. Se a sua família não se mudou, procure saber por que continua vivendo no mesmo lugar.

2. Pesquise, em jornais, em revistas ou na internet, reportagens sobre acontecimentos (nacionais ou internacionais) que, em sua opinião, exerceram influência em sua vida. Com essas informações em mãos, construa um painel com fotografias e textos que destacam a relação entre os acontecimentos pesquisados.

PARA PESQUISAR

1. Junte-se a alguns colegas e consultem livros, jornais, revistas e *sites* da internet para obter informações sobre a atual situação do emprego no Brasil. Com base no material selecionado, façam uma reflexão sobre os seguintes aspectos:
 - As principais causas do desemprego no Brasil e os setores mais atingidos.
 - As carreiras ou áreas profissionais consideradas mais promissoras.
 - A profissão que os integrantes do grupo pretendem seguir.
2. Junte-se a alguns colegas para entrevistar pessoas acima de 50 anos. Procurem saber as diferenças e semelhanças do mercado de trabalho hoje e de quando elas começaram a vida profissional. Além disso, perguntem se elas já ficaram desempregadas, se já trabalharam informalmente e o que motivou essas experiências.

Fonte: TOMAZI: 2014, p. 43 e 85.

Anexo IX

Questão para pesquisa

Acesse o endereço eletrônico do Sebrae no link <www.biblioteca.sebrae.com.br> e procure pela pesquisa *Perfil da juventude brasileira*, de 2003. Em seguida, de acordo com as orientações de seu professor, realize as seguintes atividades:

- Analise os resultados da pesquisa sobre a juventude brasileira. O que ela nos diz sobre a percepção dos jovens acerca de sua própria realidade?
- Discuta por que a pesquisa pode ser considerada científica. Aponte que modelo de análise da realidade social foi utilizado.
- Com base nos conteúdos discutidos neste capítulo, em conjunto com seu professor, escolha um tema, monte um pequeno questionário e organize uma pesquisa em sua própria escola. No final, organize os dados e apresente-os aos seus colegas.

Questão para pesquisa

Visite o site da Fundação Nacional do Índio (www.funai.gov.br) ou do Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org/) e pesquise informações sobre as populações indígenas existentes em seu estado. Anote:

- quantas são essas etnias;
- quais são elas;
- qual é o contingente populacional de cada uma delas.

Em seguida, reúnam-se em grupo (três a cinco alunos) e desenvolvam juntos um cartaz que descreva as especificidades étnicas de um grupo indígena presente no seu estado. Esse cartaz deve conter uma breve descrição dos seguintes elementos:

- língua;
- vestimentas e adereços corporais;
- arquitetura e habitações típicas;
- festa(s) religiosa(s) e seu(s) significado(s);
- cantos e danças;
- processos de socialização;
- procedimentos para curar doenças;
- outras informações da produção de conhecimento que sejam relevantes.

Com os dados da pesquisa, o grupo apresentará seu cartaz para a turma de modo a ilustrar suas conclusões para as seguintes questões:

- A relação do grupo étnico escolhido com os hábitos e costumes de sua comunidade.
- O valor da produção dos conhecimentos do grupo étnico escolhido.
- Como o conceito de multiculturalidade/interculturalidade permite compreender o lugar que o grupo étnico pesquisado ocupa na sociedade.